

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 21/2026)

Entidade	PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE- MT Rua Dr. Mário Correa, nº 452, Centro – Vila Bela da Santíssima Trindade- MT – CEP.: 78.245-000
Órgãos Interessados	Secretarias Mun. de Assistência Social, Administração e Fazenda, Educação, Infraestrutura e Serv. Públicos, Gabinete do Prefeito, Saúde, Esporte, Promoção da Igualdade Social, Santa Clara do Monte Cristo, Turismo, Cultura, Fomento à Agropecuária, Meio Ambiente, Planejamento.
Modalidade/forma	Pregão Eletrônico
Plataforma eletrônica	LICITANET
Modo de disputa	Aberto
Critério de julgamento	Menor preço – por item
Data de hora	27/05/2026 09h:00m (horário oficial de Brasília)
Autoridade Superior	Jacob André Bringsken – Prefeito Municipal
Agente de Contratação/ Equipe de Apoio	Portaria nº 601/2025
Código de comunicação	Telefones: (65) 3259.1136 E-mail: licitacoes@vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br
Endereços eletrônicos	www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br
Legislação de Regência	Lei nº 14.133, de 2021
Regulamentos próprios aplicáveis	Decreto n. 038/2023
Responsabilidades da licitante	O licitante deve estar ciente de todas as condições do edital e seus anexos, observar todos os prazos para prática dos atos inerentes à regular participação, acompanhar as publicações na forma definida por lei e pelo edital, não cabendo à Administração qualquer responsabilidade por intempestividades.
Advertências	O interessado deve: ✓ observar possíveis vedações ou impedimentos de participação (art. 14, da Lei nº 14.133, de 2021);

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
ADMINISTRAÇÃO 2025/2028

	<ul style="list-style-type: none">✓ solicitar, tempestivamente, em caso de dúvida, informações sobre situações que possam ser entendidas como violadoras do princípio igualdade, sob pena de responsabilização na forma da lei;✓ estar ciente de o seu dever de probidade.
--	---

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026
(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 21/2026)

Modalidade: Pregão	Forma: Eletrônica	Modo de Disputa: Aberto
---------------------------	--------------------------	--------------------------------

O **Município de Vila Bela da Santíssima Trindade- MT**, por intermédio da Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade- MT, torna público que realizará licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, em modo de disputa aberto, para **AQUISIÇÃO DE ELETRÔNICOS, ELETRODOMÉSTICOS E MOBILIÁRIOS**, conforme especificações, condições, quantidades e prazos constantes do Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

A licitação será regida pela Lei Federal nº 14.133, de 2021 e, complementarmente, pela Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, e pelo Decreto Federal nº 8.538, de 2015 e pelos regulamentos próprios do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade- MT aplicáveis à espécie, disponíveis para consulta em seu site oficial www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br

1. PLATAFORMA ELETRÔNICA

1.1. O PREGÃO ELETRÔNICO será realizado em sessão pública, via INTERNET, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação em todas as suas fases na plataforma **Licitanet**, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>.

1.2. O instrumento convocatório e todos os demais documentos integrantes do certame licitatório encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, independentemente de cadastramento, no endereço eletrônico: <https://www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br/Transparencia/Licitacoes/>

2. DATA E HORÁRIO

2.1. A(s) proposta(s) de preços e os documentos de habilitação deverão ser cadastrados na plataforma Licitanet até às **09:00 horas (horário oficial de Brasília/DF) do dia 27 de maio de 2026**, quando se dará a abertura da sessão pública.

2.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do(a) pregoeiro(a) em contrário.

3. AGENTE DE CONTRAÇÃO

3.1. Os trabalhos do certame licitatório serão conduzidos pela servidora **SANDRINI MORAES CORREA** designada Agente de Contratação (art. 8º da Lei Federal nº

14.133, de 2021) por intermédio da **Portaria 601/2025**, e que nesta licitação será denominado PREGOEIRA (art. 8º, § 5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

3.2. A Pregoeira será auxiliada por equipe de apoio (art. 8º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021) designada pela Portaria n. 601/2025, e responderá individualmente pelos atos que praticar.

3.3. Em caso de impedimento na condução do certame licitatório, a Pregoeira será substituída automaticamente por outro(a) Agente de Contratação designado(a), seguindo a ordem de substituição definida na referida portaria.

4. OBJETO

4.1. A presente licitação, por lote, tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE ELETRÔNICOS, ELETRODOMÉSTICOS E MOBILIÁRIOS**, conforme especificações, condições, quantidades e prazos constantes do Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

4.2. Fazem parte do presente Edital os anexos abaixo relacionados:

- a) Anexo I - Termo de Referência;
- b) Anexo II - Modelo de Declarações

5. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1. Para participar deste pregão eletrônico, a licitante deverá preencher os seguintes requisitos:

- a) Pessoa jurídica cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação;
- b) Ser credenciada junto à plataforma Licitanet, por intermédio do sítio eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>, que atuará como órgão provedor do sistema eletrônico;
- c) Enviar em campo próprio do sistema eletrônico as seguintes declarações virtuais de que:
 - i. cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório; (art.63, I da Lei Federal nº 14.133, de 2021)
 - ii. atende aos requisitos do art. 4º, §§ 2º e 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021 para fazer jus aos benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006; (art. 4º, §§ 2º e 3º da Lei Federal nº 14.133, de 2021)
 - iii. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 1991 e em outras normas específicas; (art. 63, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)
 - iv. inexistente fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. A declaração falsa sujeitará a licitante ao enquadramento na infração prevista no art. 155, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.3. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação das propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não se responsabilizando o Município de Vila Bela da Santíssima Trindade por quaisquer custos, transações efetuadas pela licitante ou eventual desconexão do sistema.

5.4. Não poderão participar deste pregão eletrônico:

- a) pessoas físicas;
- b) agentes públicos ou terceiros que se enquadrem em situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria; (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)
- c) terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica; (art. 9º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)
- d) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, assim como aqueles que atuem em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante; (art. 14, III e § 1º da Lei Federal nº 14.133, de 2021)
- e) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Prefeitura Municipal de Município de Vila Bela da Ss. Trindade/MT ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau; (art. 14, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)
- f) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si; (art. 14, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)
- g) pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista; (art. 14, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)
- h) aqueles que se enquadrem nas demais vedações do art. 14 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.5. Encerrada a fase de lances, o(a) pregoeiro(a) fará consulta aos cadastros oficiais: Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por

Ato que implique em Inelegibilidade - CNCIAI, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro Nacional de Empresas Punidas - Cnep e Cadastro de Inidôneos do TCU ou qualquer outro que venha ser implantado e ainda no SICAF, bem como na “lista suja” de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo emitida pelo Ministério do Trabalho e Previdência¹, a fim de verificar se a licitante se enquadra em qualquer vedação prevista neste edital.

5.6. Havendo qualquer impedimento, a licitante será, automaticamente, excluída da licitação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e em lei.

6. CONSÓRCIO

6.1. Nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas:

- a) comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- b) indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;
- c) admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;
- d) impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;
- e) responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

6.2. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no art. 15, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021. (art. 15, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

6.3. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pela Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/ MT e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato. (art. 15, § 5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

7. CREDENCIAMENTO

7.1. As empresas licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da Sessão Pública via internet.

7.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará exclusivamente através de Home Broker², o qual deverá manifestar em campo próprio da plataforma

¹ Disponível no endereço eletrônico: https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/areas-de-atuacao/cadastro_de_empregadores.pdf

² Home Broker é um sistema que permite a negociação por meio da Internet de uma forma simples e rápida

Eletrônica, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

7.3. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso à plataforma Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>, e o uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.4. O acesso do licitante ao pregão eletrônico, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, somente se dará mediante prévio cadastramento e adesão aos planos ofertados pela Licitanet.

7.5. O custo de operacionalização pelo uso da plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão abaixo:

7.6. Valor dos planos³ para todas as empresas:

30 dias	90 dias	365 dias
R\$ 161,00	R\$ 341,00	R\$ 827,00

7.7. O login e a senha do licitante poderão ser utilizados em qualquer pregão eletrônico, salvo quando suspensas por inadimplência do licitante junto a Licitanet, ou canceladas por solicitação do licitante.

7.8. A manutenção ou alteração da Senha de Acesso será feita através de pedido do licitante junto ao "Atendimento On-Line" (Chat) da plataforma Licitanet, sendo enviada para seu e-mail a nova senha de forma imediata.

7.9. É de exclusiva responsabilidade do licitante o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada, não cabendo a Licitanet e à Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/ MT a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.10. O cadastramento do licitante junto a plataforma de Pregão Eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

7.11. As informações complementares para credenciamento poderão ser obtidas pelo telefone: (34) 2512-6500 / (34) 99807-6633⁴ ou pelo e-mail fornecedor@licitanet.com.br.

7.12. As microempresas ou as empresas de pequeno porte no momento de seu cadastro deverão manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico o estabelecido na Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

³ Os valores podem ser revisados a qualquer tempo e os valores atualizados estão disponíveis no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/fornecedor>

⁴ Atendimento também por WhatsApp®

7.13. A não declaração, no momento do credenciamento, da licitante em referência Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, caso se enquadre, implicará no IMPEDIMENTO DA LICITANTE EM BENEFICIAR-SE DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP).

7.14. A declaração falsa dos requisitos do credenciamento sujeitará às sanções previstas neste Edital e nas demais cominações legais do certame, em especial quanto à tipificação prevista no art. 155, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.15. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou à promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

7.16. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

8. CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

8.1. O cadastramento de proposta(s) somente será possível após o cadastramento na plataforma Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>, na forma estabelecida no item “7 - CREDENCIAMENTO” deste Edital.

8.2. A proposta de preços com o (preço unitário) para o(s) item(ns) de interesse, deverá ser enviada em formulário específico, mediante o uso da chave de acesso e senha privativa da licitante, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, no prazo indicado no item “2 - DATA E HORÁRIO”.

8.3. As propostas registradas no “Sistema” NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas, sob pena de desclassificação.

8.4. Quando do cadastramento da proposta, a licitante poderá parametrizar seu (preço final mínimo), obedecida a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

8.5. Os lances serão de envio automático pelo sistema, que respeitará o (preço final mínimo), bem como o intervalo de que trata o item anterior.

8.6. O (preço final mínimo) poderá ser alterado pela licitante durante a fase de lances, porém, não poderá ser (superior) a lance já registrado por ela no sistema.

8.7. O (preço final mínimo) parametrizado pela licitante possui caráter sigiloso para os demais fornecedores e para a Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/ MT, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle interno e externo.

8.8. As licitantes se responsabilizarão pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos, bem como pelo acompanhamento de todas as operações efetuadas no sistema eletrônico durante a sessão pública, arcando com quaisquer ônus decorrentes da perda de negócios

diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

8.9. Caberá à licitante comunicar imediatamente ao provedor do sistema eletrônico utilizado no certame, qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8.10. Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir suas propostas anteriormente apresentadas.

8.11. A proposta deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos, não sendo aceita oferta de (produtos) com características e quantidades diferentes das indicadas no Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

8.12. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.

8.13. Independente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta implica submissão da licitante a todas as condições estipuladas neste Edital e seus anexos, bem como, na legislação aplicável, inclusive a Lei Federal nº 8.078, de 1990.

8.14. Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração ou apresentação de propostas relativas a presente licitação.

8.15. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, frete e quaisquer outros que incidam, direta ou indiretamente, no fornecimento dos bens.

8.16. Os preços ofertados poderão ser reajustados, observado o disposto no (art. 25, § 7º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

9. CADASTRAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. O cadastramento dos documentos de habilitação somente será possível após o cadastramento na plataforma Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>, na forma estabelecida no item “7 - CREDENCIAMENTO” deste Edital.

9.2. Os Microempreendedores Individuais, as Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal, social e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

9.3. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão acrescentar ou substituir a documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

9.4. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a), e para acesso público, após o encerramento do envio de lances.

10. ABERTURA DA SESSÃO

10.1. Na data e horário previstos no item “2 - DATA E HORÁRIO” deste Edital, a sessão pública na internet será aberta automaticamente pelo sistema.

10.2. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento das propostas e em relação à proposta mais bem classificada.

10.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os Licitantes, vedada outra forma de comunicação.

11. FORMULAÇÃO DE LANCES

11.1. Aberta a etapa competitiva - sessão pública - as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada, on-line, do seu recebimento e do valor consignado no registro.

11.2. A critério do(a) pregoeiro(a), poderá ser aberto mais de um item simultaneamente.

11.3. Os lances serão ofertados pelo (valor unitário) de interesse.

11.4. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para a abertura da sessão pública e as regras estabelecidas neste Edital.

11.5. A licitante somente poderá oferecer lance (inferior) ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema eletrônico; porém, o lance poderá ser intermediário, ou seja, igual ou (superior) à melhor oferta registrada. (art. 56, § 3º, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

11.6. Deverá ser observado o intervalo mínimo de diferença de valores informado no sistema que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

11.7. Caso seja ofertado lance inconsistente ou inexecutável, a licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro no sistema.

11.8. Como medida excepcional, o(a) pregoeiro(a) poderá excluir a proposta ou lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema, que implicará a retirada da licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

11.9. Será adotado para o envio de lances neste pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

11.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 10 (dez) minutos.

11.11. As licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, durante a sessão pública do pregão eletrônico, sendo vedada a identificação do seu detentor.

12. DESCONEXÃO DO(A) PREGOEIRO(A)

12.1. No caso de desconexão do(a) pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do pregão eletrônico, o sistema poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o(a) pregoeiro(a), quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

12.2. Quando a desconexão do(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente após a comunicação expressa aos participantes, com no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, na plataforma Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>.

13. BENEFÍCIOS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

13.1. A obtenção de benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006 fica limitada às microempresas (ME) e às empresas de pequeno porte (EPP) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante apresentar declaração de observância desse limite para fins de habilitação.

13.2. Após a fase de lances, o sistema identificará em coluna própria as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) participantes, fazendo a comparação entre os valores da primeira colocada, caso esta não seja uma ME ou EPP, e das demais ME ou EPP na ordem de classificação, que será disponibilizada automaticamente nas telas do(a) pregoeiro(a) e do fornecedor e encaminhada em mensagem por meio de chat.

14. EMPATE FICTO

14.1. Se o melhor lance for ofertado por licitante que não se enquadre na condição de ME ou EPP, o sistema facultará a estas o exercício do direito de preferência para fins de desempate, conforme determina o art. 44, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, momento no qual a ME ou EPP mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, sob pena de preclusão, consoante determina o art. 45, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

14.2. Se houver equivalência de valores apresentados pelas ME ou EPP, que se encontrem no intervalo estabelecido no art. 44, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, o sistema efetuará sorteio para identificar a empresa que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

14.3. Caso a ME ou EPP convocada decline de exercer o direito de preferência, o sistema convocará as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do art. 44, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, na ordem de classificação.

14.4. Se houver êxito no procedimento especificado acima, o sistema disponibilizará nova classificação dos fornecedores para fins de aceitação pelo(a) pregoeiro(a). Não havendo êxito ou não existindo ME ou EPP participante, prevalecerá a classificação inicial.

15. EMPATE REAL

15.1. Em caso de empate entre 2 (duas) ou mais propostas, desde que não se enquadre em situação prevista nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº

123, de 2006, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, naquela ordem, mesmo não havendo envio de lances na fase competitiva.

- 15.2. Persistindo o empate a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas, nos termos do ACÓRDÃO Nº 723/2024 – TCU.

16. CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E DO JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

16.1. Encerrada a etapa de lances, após observado o disposto no item “6 - CONSÓRCIO” deste Edital, o(a) pregoeiro(a) solicitará, no prazo de **2 (duas) horas**, o envio da proposta classificada em primeiro lugar adequada ao último lance ofertado, e se necessário, dos documentos complementares, que será julgada pelo critério de (menor preço unitário) e realizará a verificação da conformidade da proposta em relação ao objeto e à compatibilidade do (preço) em relação ao (máximo) para a contratação, conforme definido neste edital.

16.2. Caso a proposta da licitante classificada em primeiro lugar apresente (preço superior) ao (máximo) para a contratação, o(a) pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, pelo sistema eletrônico, podendo, a negociação ser acompanhada pelos demais licitantes. (art.61, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

16.3. No caso de desclassificação da proposta da licitante classificada em primeiro lugar, a negociação poderá ser feita com as demais licitantes classificadas, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, respeitada a ordem de classificação. Em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021. (art.61, § 1º da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

16.4. Será desclassificada a proposta que contiver vícios insanáveis, que não obedecer às especificações técnicas exigidas no edital, que permanecer com (preço superior) ao estimado e ainda, que não tiver sua exequibilidade demonstrada através de documentos que comprovem que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado. (art. 59, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

16.5. Será considerado indício de inexecuibilidade da proposta, valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado pela Administração.

16.6. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, e adotados, entre outros e no que couber, os seguintes procedimentos:

- a) questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecuibilidade;
- b) verificação de acordos, convenções coletivas ou sentenças normativas;
- c) levantamento de informações no Ministério do Trabalho e Previdência e consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;
- d) consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
- e) pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas para verificação de contratos da mesma natureza;

- f) pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- g) verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;
- h) levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- i) estudos setoriais;
- j) análise de soluções técnicas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente detenha para o fornecimento dos produtos; e
- k) demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

16.7. A inexequibilidade da proposta será considerada quando a diligência comprovar que os custos da licitante ultrapassam o valor da proposta, bem como se inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

16.8. Encerrada a fase de lances, a licitante classificada em primeiro lugar deverá apresentar amostra **(não se aplica para este processo)**

16.9. Encerrada a fase de julgamento, o(a) pregoeiro(a) verificará a documentação de habilitação da licitante, conforme disposições constantes do item “15 - PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR” deste Edital.

16.10. Na hipótese de a proposta não ser aceitável ou se a licitante classificada em primeiro lugar não atender às exigências para a habilitação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos descritos neste Edital.

16.11. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante classificada em primeiro lugar será declarada vencedora da licitação.

16.12. No julgamento da habilitação e das propostas, o(a) pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação. (art. 64, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

16.13. Caso haja necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata item anterior, a sessão pública será reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, sendo a ocorrência registrada em ata e disponibilizada na plataforma Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>.

17. PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR

17.1. A proposta de preços classificada em primeiro lugar, ajustada ao último lance ofertado pela licitante e, se necessário, com os documentos complementares solicitados pelo(a) pregoeiro(a), deverá ser anexada ao sistema eletrônico após a solicitação pela opção “Convocar Anexo”, no prazo de 2 (duas) horas, contado de sua solicitação.

17.2. O prazo definido no item anterior poderá ser prorrogado por igual período, quando:

- a) solicitado pela licitante, mediante justificativa aceita pelo(a) pregoeiro(a); ou
- b) de ofício, a critério do(a) pregoeiro(a), quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

17.3. A proposta de preços deverá ser elaborada com observância das seguintes exigências:

- a) não conter cotações alternativas, emendas ou entrelinhas;
- b) fazer menção ao número deste Edital, conter a razão social do licitante, seu CNPJ, dados bancários e endereço completo;
 - i. a falta do CNPJ e (ou) endereço completo poderá ser preenchida pelos dados constantes no sistema eletrônico.
- c) conter cotação de (preço unitário e total para o item) ofertado, em moeda corrente nacional (Real), incluídos todos os tributos, taxas, fretes e demais encargos pertinentes, conforme Modelo de Proposta previsto no Anexo (III) do Termo de Referência - Anexo I deste Edital;
 - i. os custos relacionados ao fornecimento do objeto deverão ser detalhados para efeito de eventual reequilíbrio dos preços contratados;
 - ii. (os preços unitários/totais máximos/percentual de desconto mínimo) para (os itens/lotos) são os constantes do Termo de Referência - Anexo I deste Edital;
- d) conter a marca/modelo;
 - i. será aceita a oferta de produtos com marcas diferentes da marca de referência, desde que apresentem qualidade igual ou superior, observado o art. 42 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- e) indicar o número do CNPJ da filial ou do estabelecimento da licitante que emitirá a nota fiscal referente ao fornecimento dos materiais, indicação essa indispensável para efeito de empenho da despesa, liquidação do objeto contratado e realização do pagamento.

17.4. A apresentação da proposta implicará, necessariamente, a anuência a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos, inclusive quanto ao prazo de entrega e condições de garantia, conforme Termo de Referência - Anexo I deste Edital, bem como quanto ao prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua entrega. (art. 90, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

17.5. A proposta de preços classificada em primeiro lugar, ajustada ao valor final aceito pelo(a) pregoeiro(a) após a devida negociação, deverá ser anexada ao sistema eletrônico após solicitação do(a) pregoeiro(a) pela opção "Convocar Anexo", no prazo de 2 (duas) horas, contado de sua solicitação.

18.ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

18.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

18.2. A licitante classificada em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta de preços adequada ao novo valor por ela ofertado, em até 02 (duas) horas, bem como as especificações estipuladas no Edital e seus anexos.

18.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que:

- a) contiverem vícios insanáveis;
- b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

18.4. Será desclassificada a proposta que não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo(a) pregoeiro(a).

18.5. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

18.6. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

18.7. O(A) pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

18.8. O prazo estabelecido no item anterior poderá ser prorrogado pelo(a) pregoeiro(a) por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo(a) pregoeiro(a).

18.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do produto ou da área especializada no objeto.

18.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

18.11. O(A) pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

18.12. Também nas hipóteses em que o(a) pregoeiro(a) não aceitar a proposta do licitante vencedor e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor. A(s) negociação(ões) será(ão) realizada(s) por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

18.13. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

18.14. Havendo necessidade, o(a) pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

18.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante classificado em primeiro lugar, observado o disposto neste Edital.

19. HABILITAÇÃO DA LICITANTE CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR

19.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, os documentos de habilitação exigidos neste Edital, até a data e o horário estabelecidos pelo Agente de Contratação na plataforma.

19.2. O envio dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

19.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem:

- a) no sistema de registro cadastral unificado disponível no PNCP - Portal Nacional de Contratações Públicas (art. 87 da Lei Federal nº 14.133, de 2021);
- b) no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF⁵);
- c) no Sistema Cadastro de Fornecedores do Estado de Mato Grosso (e-Fornecedor⁶).

19.4. Os licitantes que optarem por utilizar um dos cadastros relacionados no item anterior deverão apresentar o certificado cadastral respectivo, sendo assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

19.5. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

19.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

⁵ Disponível em <https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web>

⁶ Disponível em <https://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/sgc>

19.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento da fase de lances.

19.8. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP⁷, mantido pela Controladoria-Geral da União (CGU);
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS⁸, mantido pela Controladoria-Geral da União (CGU);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa⁹, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
- d) Sistema de Inabilitados e Inidôneos¹⁰, mantida pelo Tribunal de Contas da União;
- e) Cadastro Estadual de Empresas Inidôneas ou Suspensas - CEIS¹¹, mantido pela Controladoria-Geral do Estado de Mato Grosso (CGE/MT);
- f) Cadastro de Empresas Inidôneas e de Pessoas Suspensas de Contratar com a Administração Pública¹², mantido pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT);
- g) Cadastro de Suspensos e Inidôneos, mantido pela Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade.

19.9. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

19.10. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas, seguindo os seguintes procedimentos:

- a) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

⁷ Disponível em <https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>

⁸ Disponível em <https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>

⁹ Disponível em https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php

¹⁰ Disponível em <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:1:115251089840080:::>

¹¹ Disponível em <http://www.cge.mt.gov.br/ceis>

¹² Disponível em <https://jurisdicionado.tce.mt.gov.br/inidoneo>

- b) O licitante será convocado para manifestação previamente à sua inabilitação;
- c) Constatada a existência de sanção, o(a) pregoeiro(a) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação;
- d) No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

19.11. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

19.12. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

19.13. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

19.14. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

19.15. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

- a) Habilitação Jurídica;
- b) Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista;
- c) Outros Documentos.

19.16. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

19.17. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica.

19.18. Para os documentos que têm prazo de validade e este não estiver expresso no documento, será considerada a validade de 90 (noventa) dias, a partir de sua emissão, se outro prazo não estiver fixado em lei.

19.19. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o(a) pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

19.20. Atendidas todas as disposições deste Edital, a licitante classificada em primeiro lugar será declarada vencedora da licitação.

20. HABILITAÇÃO JURÍDICA

20.1. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada (art. 66 da Lei Federal nº 14.133, de 2021), nos seguintes termos:

- a) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) No caso de microempreendedor individual - MEI, Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI;
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI ou Sociedade Limitada Unipessoal – SLU (Lei nº 14.195, de 2021), ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) No caso de ser o participante sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- e) No caso de sociedade simples, inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- f) No caso de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, decreto de autorização.

21. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

21.1. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

- a) a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas¹³ (CPF) dos sócios e Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica¹⁴ (CNPJ);
- b) alvará de localização, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) a regularidade perante a Fazenda federal¹⁵, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

¹³ Disponível em <https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp>

¹⁴ Disponível em https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp?cnpj=

¹⁵ Disponível em <https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir>

- d) a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS¹⁶, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) a regularidade perante a Justiça do Trabalho¹⁷;
- f) o cumprimento do disposto no art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal.

21.2. Serão aceitas certidões negativas e certidões positivas com efeito de negativas.

21.3. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, social e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração, quando requerida tempestivamente pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

21.4. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no item anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outro microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal, social e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

22. OUTROS DOCUMENTOS

22.1. Sob pena de inabilitação, o licitante deverá apresentar declaração, conforme modelo constante no Anexo II, de que:

- a) Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
- b) Inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- c) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.
- d) Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/ MT, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau. (art. 14, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);
- e) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas

¹⁶ Disponível em <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>

¹⁷ Disponível em <https://www.tst.jus.br/certidao>

específicas, em especial no art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 1991. (art. 63, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

- f) **Atestado de Capacidade Técnica** expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado onde ateste que a licitante já tenha prestado serviços da mesma natureza do presente edital e que os mesmos foram entregues de maneira satisfatória quanto à qualidade e prazos.

22.2 Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão negativa de feitos sobre **falência** expedida pelo distribuidor da sede do licitante. A certidão deverá estar dentro do prazo de validade informado pelo emissor ou, no caso de omissão, expedida a menos de 60 dias da sua apresentação. **Atenção:** Na emissão da certidão deve ser indicada a busca por ações na qual o Licitante seja **Autor ou Réu**, independente da nomenclatura adotada pelo emissor, podendo o Agente de Contratações diligenciar acerca da adequação da certidão.

22.3 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital, em especial a infração administrativa prevista no art. 156, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

23 ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

23.2 A proposta final do licitante habilitado e declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do(a) pregoeiro(a) no sistema eletrônico e deverá:

- 23.2.1 Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;
- 23.2.2 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;
- 23.2.3 Conter os dados pessoais do responsável pela assinatura da ata de registro de preços, devendo ser enviado cópia dos documentos pessoais e documento que comprove a representatividade.

23.3 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção administrativa à futura contratada, se for o caso.

23.4 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a futura contratada.

23.5 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 12, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

23.6 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

23.7 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

23.8 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

24 RECURSO(S) ADMINISTRATIVO(S)

24.2 Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a **10 (dez)** minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

24.3 A apresentação das razões pela recorrente e de eventuais contrarrazões pelas demais licitantes será realizada exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em campo próprio, no prazo de **3 (três) dias úteis**, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata e da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso, respectivamente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

24.4 Os recursos serão apreciados em fase única, conforme disposto no art. 165, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

24.5 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados. (art. 165, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

24.6 Após decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o processo licitatório será enviado à autoridade competente da Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/ MT para adjudicar o objeto e homologar o procedimento licitatório, observado o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

24.7 Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados. Para tanto, as empresas interessadas deverão entrar em contato com o(a) pregoeiro(a) por intermédio do e-mail licitacoes@vilabeladasantissimatrinidade.mt.gov.br.

25 REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

25.2 A sessão pública poderá ser reaberta:

25.2.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

25.2.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, social e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal nº123,

de 2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

25.3 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

25.4 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório, de acordo com o endereço eletrônico registrado na proposta.

26 ADJUDICAÇÃO

26.2 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do(a) pregoeiro(a) e, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão do(s) recurso(s) apresentado(s).

27 ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

27.2 Nos termos do art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

27.3 Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa. (art. 71, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

27.4 O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado. (art. 71, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

27.5 Nos casos de anulação e revogação, será assegurada a prévia manifestação dos interessados. (art. 71, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

28 CONTRATAÇÃO

28.2 Nos termos do art. 95, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o Instrumento de Contrato será substituído por Nota de Empenho.

28.3 A nota de empenho conterá todas as informações necessárias ao cumprimento das obrigações, bem como eventuais sanções aplicáveis nos casos de inadimplemento contratual, e servirá como instrumento de contrato, conforme disposto no art. 95, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

28.4 Como condição para emissão da nota de empenho, a licitante adjudicatária deverá apresentar, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados a partir da convocação, o seguinte documento, se for o caso, de declaração de que está regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas ME e EPP - Simples Nacional - para efeito do disposto no inciso XI, art. 4º da IN RFB nº 1234, de 2012, em 2 (duas) vias, assinada pelo seu representante legal.

28.5 A Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/ MT enviará, por meio do correio eletrônico indicado na proposta, cópia da nota de empenho à contratada.

28.6 No momento do recebimento da nota de empenho, por meio de correio eletrônico, a contratada deverá indicar preposto, informando os contatos de telefone, e-mail ou outro meio hábil para comunicação com a Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/ MT, mantendo tais dados atualizados durante toda a fase de execução da contratação.

28.7 A nota de empenho será considerada recebida após a confirmação de entrega automática, independentemente de confirmação de recebimento por parte da contratada, ficando sob sua responsabilidade a verificação da conta de e-mail.

28.8 Na hipótese de a licitante vencedora não aceitar a nota de empenho, a Administração poderá convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação para a celebração da contratação, nas mesmas condições propostas pela licitante vencedora, sem prejuízo da aplicação das sanções neste Edital, na Lei Federal nº 14.133, de 2021 e em outras legislações aplicáveis. (art. 90, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

28.9 Caso nenhuma licitante aceite a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização, se for o caso, poderá: (art. 90, § 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

- a) convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação, com vista à obtenção de melhor preço, mesmo que acima do ofertado pela adjudicatária;
- b) adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, na ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

28.10 A recusa injustificada da adjudicatária em aceitar a nota de empenho no prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades previstas neste Edital e em lei. (art. 90, §§ 5º e 6º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

28.11 Decorrido o prazo de validade da proposta sem convocação para a contratação, ficarão as licitantes liberadas do compromisso assumido. (art. 90, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

28.12 Será facultada à Administração a convocação das demais licitantes classificadas para a contratação de remanescente de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios definidos neste Edital. (art. 90, § 7º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

29 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

29.2 Uma vez decidida a contratação, a Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/ MT se obriga a:

29.3 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, de acordo com o termo de referência, as cláusulas contratuais, e os termos de sua proposta;

29.3 Exercer o acompanhamento e a fiscalização, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

29.4 Notificar a licitante vencedora por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

29.5 Pagar à licitante vencedora o valor resultante dos serviços, no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência anexo I deste edital;

29.6 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da licitante vencedora, no que couber.

29.7 Não praticar atos de ingerência na administração da licitante vencedora, tais como:

29.3.1 Exercer o poder de mando sobre os empregados da licitante vencedora, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

29.3.2 Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

29.3.3 Considerar os trabalhadores da licitante vencedora como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação.

29.8 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento do objeto do contrato;

29.9 Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais.

29.10 Rejeitar qualquer serviços recebido equivocadamente ou em desacordo com as especificações constantes no Termo de referência.

29.11 Solicitar que seja a troca dos produtos que não atenda às especificações constantes no Termo de referência anexo I deste edital.

29.12 Atestar as faturas correspondentes e supervisionar as entregas dos serviços, por intermédio de servidor nomeado para esse fim.

30 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

30.1 Conforme estabelecido no Termo de Referência.

30.2 ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

30.3 A entrega do(s) produto(s) será(ão) realizada(s) preferencialmente de forma única por nota de empenho, conforme especificações dos materiais e respectivas quantidades, de acordo com a descrição dos produtos contida no Anexo I - Termo de Referência, acompanhada de nota fiscal correspondente, a qual deverá ser preenchida com as especificações apresentadas na respectiva nota de empenho.

30.4 O recebimento será feito (art. 140, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021):

30.4.1 provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais (art. 140, II, “a”); e

30.4.2 definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais (art. 140, II, “b”).

30.5 Serão devolvidos os materiais que não atenderem as especificações exigidas no Anexo I - Termo de Referência, para troca no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a partir da notificação, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

30.6 Na hipótese da contratada não proceder às correções e/ou substituições dentro do prazo do item anterior, incidirá a penalidade de multa moratória, podendo, inclusive, culminar com a inexecução total do contrato.

31 LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

31.1 A contratada deverá entregar a Nota Fiscal no momento da entrega do objeto contratado, sob pena de não recebimento, e as certidões de regularidade fiscal, social e trabalhista exigidas na habilitação da licitação, ou as justificativas pela impossibilidade de apresentação das referidas certidões, além de outros documentos eventualmente exigidos no Termo de Referência para liquidação e pagamento, em até 30 (trinta) dias úteis após a entrega do objeto contratado, sob pena de caracterizar a infração tipificada no art. 155, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

31.2 O CNPJ constante da nota fiscal/fatura deverá ser o mesmo indicado na proposta e nota de empenho.

31.3 O objeto contratado será recebido provisoriamente pelo fiscal de contrato designado, mediante preenchimento de “Formulário de Liquidação de Despesa”, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico (art. 140, II, “a”, da Lei Federal nº 14.133, de 2021) e definitivamente por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais (art. 140, II, “b”, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

31.4 No caso de fornecimento de bens importados, a contratada deverá apresentar a documentação que comprove a sua origem, bem como a quitação dos tributos de importação a eles referentes.

31.5 O pagamento do objeto da presente licitação, sujeito à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais de acordo com os normativos legais, a partir do recebimento definitivo do objeto contratado, com a emissão de ordem bancária para o

crédito em conta corrente da contratada, observada a ordem cronológica estabelecida no art. 141 da Lei Federal nº 14.133, de.

31.6 A Prefeitura não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

31.7 Nos termos do art. 92, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, casos o pagamento seja efetuado após 30 (trinta) dias do recebimento definitivo do objeto contratado, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/ MT, entre o 31º (trigésimo primeiro) dia e a data da emissão da ordem bancária, será a seguinte:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = encargos moratórios;

I = 0,0001644 (índice de compensação financeira por dia de atraso, assim apurado: $I = (6/100/365)$);

N = número de dias entre a data limite para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela a ser paga.

32 REAJUSTE (art. 92, § 3º da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

32.1 A princípio, os preços contratados são irreajustáveis. Entretanto, a nota de empenho decorrente da contratação poderá ser alterada, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, a partir da data da proposta, mediante negociação entre as partes, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial, em caso de força maior, caso fortuito, por ocorrência de fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da contratação tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecido, se for o caso.

32.2 Para efeito do disposto no item anterior, será apreciada a possibilidade da aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC - do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, com data-base vinculada à data da proposta, de acordo com a seguinte fórmula:

$$PR = PIC \times IR$$

Onde:

PR = Preço reajustado

PIC = Preço inicial do contrato

IR = Índice de reajuste

32.3 O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, inclusive decorrente reajuste, deverá ser formulado durante a vigência do contrato/ARP e antes de eventual prorrogação.

32.4 Na hipótese de reajuste, a contratada será consultada sobre a possibilidade de renúncia ao reajuste previsto antes da formalização da prorrogação. Na impossibilidade de renúncia ao reajuste, a contratada deverá encaminhar, juntamente com o pedido de reajuste, os respectivos cálculos do valor que entender devido antes da assinatura do termo aditivo de prorrogação contratual, sob pena de preclusão do direito. Os cálculos apresentados serão submetidos à apreciação da unidade técnica do contratante para deliberação acerca da sua pertinência.

32.5 Na impossibilidade de encaminhar os cálculos antes da assinatura do termo aditivo de prorrogação, a contratada, mediante justificativa a ser apreciada pelo contratante, poderá solicitar a inclusão de cláusula resguardando o direito de pleitear reequilíbrio até o término da vigência da subsequente prorrogação.

32.6 A Administração também deverá manifestar o interesse no reajuste antes da assinatura do termo aditivo de prorrogação contratual quando este for do seu interesse, a exemplo de ocorrência de índice negativo.

33 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

33.1 No caso de a licitante ou a contratada incorrer em uma ou mais condutas tipificadas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, será responsabilizada administrativamente em uma das sanções previstas no art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, garantido o direito à ampla defesa, ficará sujeita às sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

33.2 A recusa da licitante vencedora em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração será considerada como inexecução total da obrigação assumida, ensejando a aplicação das sanções previstas em lei e neste Edital e a imediata perda da garantia de proposta em favor da Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/ MT, quando for o caso (art. 90, § 5º da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

33.3 As sanções serão registradas e publicadas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, nos termos do art. 161 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

34 PROTEÇÃO DOS DADOS

34.1 Ao participar da presente licitação, as licitantes ficam cientes de que a Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/ MT, com base no previsto no art. 7º, II e III, c/c o art. 23 Lei Federal nº 13.709, de 2018, irá realizar o tratamento de dados pessoais necessários aos procedimentos preliminares e às contratações públicas, inclusive de alguns de seus sócios, bem como compartilhá-los com órgãos de controle, observados os princípios previstos no art. 6º da Lei Federal nº 13.709, de 2018, em especial os princípios da finalidade, da adequação, da necessidade, da segurança e da prevenção. Estão cientes ainda de que é permitido manter e utilizar tais dados pessoais mesmo após a extinção do contrato, para fins de fiscalização e controle dos contratos administrativos, nos termos do art. 16, inciso I da mesma lei.

34.2 As partes obrigam-se a cumprir o disposto na Lei Federal nº 13.709, de 2018 em relação aos dados pessoais a que vierem ter acesso em decorrência da execução contratual, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações, em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis, repassadas em decorrência da execução contratual, sendo vedada a transferência, a transmissão, a comunicação ou qualquer outra forma de repasse das informações a terceiros, salvo as decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

34.3 É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal, bem como suspensão do repasse de dados pessoais.

34.4 As partes ficam obrigadas a comunicar UMA A OUTRA, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da ciência do ocorrido, qualquer incidente de segurança aos dados pessoais repassados em decorrência desta contratação e a adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

34.5 A contratada obriga-se a proceder, ao término do prazo de vigência, à eliminação dos dados pessoais a que venha ter acesso em decorrência da execução contratual, ressalvados os casos em que a manutenção dos dados por período superior decorra de obrigação legal.

34.6 Para a execução do objeto, em observância ao disposto na Lei Federal nº 13.709/18 (LGPD), na Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e na Lei Federal nº 12.527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação) e ao princípio da transparência, a contratada e seus representantes ficam cientes do acesso pelo contratante de seus dados pessoais, tais como número do CPF, RG, estado civil, endereço comercial, endereço residencial e endereço eletrônico, cuja divulgação ficará adstrita, em respeito ao princípio da necessidade, ao endereço comercial informado, ressalvadas as hipóteses de divulgação em cumprimento a exigência legal.

35 CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

35.1 A despesa decorrente do fornecimento objeto deste pregão correrá à conta dos créditos orçamentários consignados à Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/ MT, para o Exercício de 2026.

Conforme TR.

36 IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTOS

36.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame. (art. 164, caput, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

36.2 As impugnações e os esclarecimentos deverão ser encaminhados exclusivamente de forma eletrônica pela plataforma Licitanet (<https://www.licitanet.com.br/>).

36.3 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame licitatório.

36.4 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/ MT (www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br) e na plataforma Licitanet (<https://www.licitanet.com.br/>). (art. 164, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

37 DISPOSIÇÕES FINAIS

37.1 Em caso de divergência existente entre as especificações descritas na plataforma Licitanet e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

37.2 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília / DF.

37.3 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

37.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública deste pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

37.5 No julgamento das propostas e da habilitação, o(a) pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

37.6 É facultado ao(à) pregoeiro(a) e seus auxiliares proceder, em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

37.7 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

37.8 Os interessados/licitantes obrigam-se ao acompanhamento das informações disponibilizadas, não podendo alegar seu desconhecimento.

37.9 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

37.10 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

37.11 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

37.12 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

37.13 Nenhuma indenização será devida às licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente pregão eletrônico.

37.14 A Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT não se responsabilizará por eventuais danos causados à licitante, decorrentes do uso indevido da senha durante as transações efetuadas, ainda que por terceiros.

37.15 Caso qualquer documento apresentado pela licitante tenha sido emitido em língua estrangeira, este deverá estar acompanhado da respectiva tradução para a língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e devidamente autenticado pela via consular ou registrado em cartório de títulos e documentos.

37.16 Se traduzido para a língua portuguesa no exterior, a tradução deverá ter sido efetuada por profissional qualificado, segundo as leis do país de origem e os documentos autenticados pela via consular.

37.17 O horário de atendimento presencial do protocolo administrativo da Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/ MT é das 07h às 13h, de segunda a sexta-feira, no horário oficial de Mato Grosso.

38 FORO

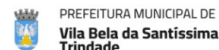
38.1 As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Vila Bela da Santíssima Trindade, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Vila Bela da Santíssima Trindade/ MT, em 13 de maio de 2026.

SANDRINI MORAES CORREA
Pregoeira



ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA
TRINDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
FAZENDA
DEPARTAMENTO DE PROCESSAMENTO LICITATÓRIO



Processo Administrativo nº 5741/2026

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 01/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de AQUISIÇÃO DE ELETRÔNICOS, ELETRODOMÉSTICOS E MOBILIÁRIOS, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Os detalhamentos dos valores por item, respectivas quantidades por Secretaria, bem como as dotações orçamentárias, constam devidamente especificados nas Solicitações de Compras anexadas aos autos, conforme relacionado abaixo:

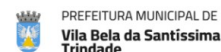
1. Solicitação de Compra nº 32/2026 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Gestão do Distrito de Santa Clara;
2. Solicitação de Compra nº 31/2026 – Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
3. Solicitação de Compra nº 30/2026 – Gabinete do Prefeito;
4. Solicitação de Compra nº 29/2026 – Secretaria Municipal de Saúde;
5. Solicitação de Compra nº 28/2026 – Secretaria Municipal de Planejamento;
6. Solicitação de Compra nº 27/2026 – Secretaria Municipal de Cultura;
7. Solicitação de Compra nº 26/2026 – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;
8. Solicitação de Compra nº 25/2026 – Secretaria Municipal de Turismo;
9. Solicitação de Compra nº 24/2026 – Secretaria Municipal de Fomento à Agropecuária;
10. Solicitação de Compra nº 23/2026 – Secretaria Municipal de Assistência Social;
11. Solicitação de Compra nº 22/2026 – Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial;
12. Solicitação de Compra nº 09/2026 – Secretaria de Ensino Fundamental;
13. Solicitação de Compra nº 08/2026 – Departamento de Educação Infantil;
14. Solicitação de Compra nº 07/2026 – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos;
15. Solicitação de Compra nº 06/2026 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

1.3.

ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO					
Item	Descrição	Unidade	Quant.	R\$ Unit.	R\$ Total
1	1711474 - APARELHO DE AR CONDICIONADO SPLIT SYSTEM, COMCONTROLE REMOTO, COR BRANCA, COMPRESSORROTATIVO, TIPO DE CICLO FRIO, CAPACIDADE 12.000BTUS, 220V, EFICIÊNCIA ENERGÉTICA CLASSE A, FILTROANTIBACTÉRIA, ANTI-ÁCAROS, ANTI-ODOR, ANTI-PÓLAVÁVEL, FUNÇÕES ESPECIAIS (JET COOL - RESFRIAMENTORÁPIDO, SOFT DRY-SUAVEMENTE SECO, OPERAÇÃO MODOSLEEP/TIMER, FUNÇÃO AUTOLIMPANTE,	UNIDADE	86,0000	R\$2.435,30	R\$209.435,80



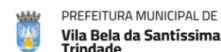
ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA
TRINDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
FAZENDA
DEPARTAMENTO DE PROCESSAMENTO LICITATÓRIO



	DIRECIONADORESDE AR AUTOMÁTICO PARCIAL/HORIZONTALMANUAL/VERTICAL AUTOMÁTICO).				
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 86,00 Valor Total R\$209.435,80				
2	3717780 - APARELHO DE AR CONDICIONADO SPLIT SYSTEM, COMCONTROLE REMOTO, COR BRANCA, COMPRESSORROTATIVO, TIPO DE CICLO FRIO, CAPACIDADE 18.000BTUS, 220V, EFICIÊNCIA ENERGÉTICA CLASSE A, FILTROANTIBACTÉRIA, ANTI-ÁCAROS, ANTI-ODOR, ANTI-PÓLAVÁVEL, FUNÇÕES ESPECIAIS (JET COOL - RESFRIAMENTORÁPIDO, SOFT DRY-SUAVEMENTE SECO, OPERAÇÃO MODOSLEEP/TIMER, FUNÇÃO AUTOLIMPANTE, DIRECIONADORESDE AR AUTOMÁTICO PARCIAL/HORIZONTALMANUAL/VERTICAL AUTOMÁTICO).	UNIDADE	93,0000	R\$3.399,00	R\$316.107,46
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 93,00 Valor Total R\$316.107,46				
3	2573164 - APARELHO DE AR CONDICIONADO SPLIT SYSTEM, COMCONTROLE REMOTO, COR BRANCA, COMPRESSORROTATIVO, TIPO DE CICLO FRIO, CAPACIDADE 24.000BTUS, 220V, EFICIÊNCIA ENERGÉTICA CLASSE A, FILTROANTIBACTÉRIA, ANTI-ÁCAROS, ANTI-ODOR, ANTI-PÓLAVÁVEL, FUNÇÕES ESPECIAIS (JET COOL - RESFRIAMENTORÁPIDO, SOFT DRY-SUAVEMENTE SECO, OPERAÇÃO MODOSLEEP/TIMER, FUNÇÃO AUTOLIMPANTE, DIRECIONADORESDE AR AUTOMÁTICO PARCIAL/HORIZONTALMANUAL/VERTICAL AUTOMÁTICO).	UNIDADE	52,0000	R\$4.464,58	R\$232.158,16
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 52,00 Valor Total R\$232.158,16				
4	1966359 - ARMARIO - MADEIRA PRENSADA 25MM, MEDINDO(0,50X0,90X1,60M), ESCRITORIO, ESTRUTURA EM MADEIRAPRENSADA, REVESTIMENTO MELAMINICO, NA COR MARFIM	UNIDADE	41,0000	R\$632,45	R\$25.930,45
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 41,00 Valor Total R\$ 0,0000				
5	4381599 - ARMARIO DE COZINHA TRIPLO (3 PORTAS), ESTRUTURASPRODUZIDAS EM CHAPAS DE AÇO COM TRATAMENTO DESUPERFÍCIE; LATERAIS PRODUZIDAS EM BAIXO RELEVO;PINTURA A PÓ ELETROSTÁTICA COM QUEIMA A 270°C;PUXADORES EM ABS DE ALTO IMPACTO E METALIZADOS A VÁCUO COM ACABAMENTO EM VERNIZ ULTRAVIOLETA;DOBRADIÇAS DE PRESSÃO REGULÁVEIS COM FECHOSMAGNÉTICOS.	UNIDADE	42,0000	R\$749,45	R\$31.476,90
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 42,00 Valor Total R\$31.476,90				
6	2705907 - ARMÁRIO DE AÇO COM 4 PRATELEIRAS 2 PORTAS COMCHAVE, SENDO 1 FIXA E 3 REGULÁVEIS E 2 PORTAS, COMCHAVE; MEDIDAS: ALTURA: 1,98 M, LARGURA 0,90 M,PROFUNDIDADE: 0,40 M; PINTURA EPOXI NA COR CINZA.	UNIDADE	132,0000	R\$1.130,37	R\$149.208,84
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 132,00 Valor Total R\$149.208,84				
7	2834162 - ARQUIVO DE AÇO 4 GAVETAS, LINHA LEVE, DESLIZAMENTODAS GAVETAS POR PATINS DE NYLON, CHAPA 26/24,PINTURA EPÓXI CINZA. MEDIDA PADRÃO: 133X46X55 C/CHAPA 26, COR CINZA.	UNIDADE	128,0000	R\$647,50	R\$82.880,00



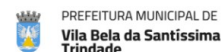
ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA
TRINDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
FAZENDA
DEPARTAMENTO DE PROCESSAMENTO LICITATÓRIO



	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 128,00 Valor Total R\$82.880,00				
8	3525171 - BALANCA DIGITAL - BALANCA DIGITAL COM ANALISADORDA COMPOSICAO CORPORAL POR BIOIMPEDANCIA, MEDEPESO (KG), TAXA DE GORDURA E TAXA DE AGUA,CAPACIDADE ATE 180 KG, GRADUACAO DE PESO 0,1KG EGRADUACAO EM PERCENTUAL 0,1%, PLATAFORMA EM ABSDE ALTA RESISTENCIA OU VIDRO TEMPERADO, PESO EMKG E TAXAS EM %, ALIMENTADA POR BATERIA TIPO CR2032 OU PILHAS, INCLUI MANUAL DE INSTRUCAO,GARANTIA, ASSISTENCIA TECNICA, REGISTRO NOMINISTERIO DA SAUDE	UNIDADE	6,0000	R\$771,46	R\$4.628,73
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 6,00 Valor Total R\$4.628,73				
9	1423797 - BALANCA ELETRONICA - MODELO DIGITAL DE BANCADA, COM VISOR TIPO CRISTAL LIQUIDO DE 6 DIGITOS, COM CAPACIDADE PARA PESAGEM DE 50KG, E ESCALA DE 10 G, PLATAFORMA DE ACO INOXIDAVEL, MEDINDO (40X40)CM,COM COLUNA DE 0,5 M E ALTURA DE 10 CM, E SUAS CONDICOOES DEVERAO ESTAR DE ACORDO, COM AS NORMAS VIGENTES, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADO	UNIDADE	4,0000	R\$1.564,02	R\$6.256,10
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 4,00 Valor Total R\$6.256,10				
10	12997 - BATEDEIRA - BATEDEIRA PLANETARIA- BASE EM METALFUNDIDO, ACABAMENTO CROMADO, SISTEMA ORBITAL DEROTACAO, 3 BATEDORES, SENDO 1 DE ACO INOX PARAMASSAS LEVES E 2 DE FERRO FUNDIDO PARA MASSASPESADAS, TIGELA EM ACO INOX 4,3L, 12 VELOCIDADES,MOTOR DE 400/600W, VOLTAGEM 110/220, DIMENSOES362X296X278MM.	UNIDADE	16,0000	R\$453,83	R\$7.261,28
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 16,00 Valor Total R\$7.261,28				
11	1024949 - BATEDEIRA PLANETÁRIA S X 80, 04 LITROS, 08VELOCIDADES 300 W 110 V	UNIDADE	4,0000	R\$360,75	R\$1.443,00
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 4,00 Valor Total R\$1.443,00				
12	1874365 - BEBEDOURO - BEBEDOURO ELETRICO, 220 VOLTS, COMGARRAFAO DE 20 LITROS, REGULAGEM AUTOMATICA,GARRAFAO DE 20 LITROS, COM 02 TORNEIRASCERTIFICADO PELO IMETRO, PLASTICO	UNIDADE	57,0000	R\$856,45	R\$48.817,65
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 57,00 Valor Total R\$48.817,65				
13	8738 - BEBEDOURO ELETRICO - BEBEDOURO DE MESA, 110VOLTS, PARA GARRAFOES DE 20 LITROS, REGULAGEMAUTOMATICA, COM 02 TORNEIRAS, PLASTICO	UNIDADE	27,0000	R\$611,25	R\$16.503,75
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 27,00 Valor Total R\$16.503,75				
14	4190343 - BEBEDOURO INDUSTRIAL COM AS SEGUINTESESPECIFICAÇÕES, CAPACIDADE DE 50 LITROS NORESERVATÓRIO, ATENDE DE 50 A 60 PESSOAS/HORA, 02TORNEIRAS FRONTAIS CROMADAS, APARADOR DE ÁGUAFRONTAL EM CHAPA DE AÇO INOX COM DRENO, COMREVESTIMENTO EXTERNO EM CHAPA DE AÇO INOX.RESERVATÓRIO DE ÁGUA EM P.P. ALTA RESISTÊNCIA,	UNIDADE	47,0000	R\$1.689,22	R\$79.393,58



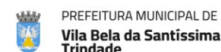
ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA
TRINDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
FAZENDA
DEPARTAMENTO DE PROCESSAMENTO LICITATÓRIO



	FÁCIL LIMPEZA E MATERIAL ATÓXICO, ISOLAMENTO TÉRMICO INJETADO EM POLIURETANO EXPANDIDO, SERPENTINA INTERNA EM AÇO INOX 304, GÁS ECOLÓGICO R 134 A, MOTOR HERMÉTICO, TENSÃO 127V, BAIXO CONSUMO DE ENERGIA, REGULAGEM DA TEMPERATURA DA ÁGUA, MEDIDAS: ALTURA, 1380 MM, LARGURA, 328 MM, COMPRIMENTO, 378 MM, CONTEÚDO DE EMBALAGEM: BEBEDOURO MODELO 50 LP, 2 TORNEIRAS, MANUAL				
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 47,00 Valor Total R\$79.393,58					
15	14271 - BEBEDOURO VERTICAL COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES, GABINETE EM AÇO ELETRO ZINCADO SEM EMENDAS; BASE EM PLÁSTICO POLIPROPILENO; TAMPA, APARADOR DE COPOS, BASE DO APARADOR DE COPOS E SEPARADOR DE ÁGUA EM PLÁSTICO POLIPROPILENO; CONEXÕES HIDRÁULICAS INTERNAS DE MATERIAL ATÓXICO; TORNEIRAS EM PLÁSTICO ABS, SENDO UMA PARA ÁGUA NATURAL E OUTRA PARA ÁGUA GELADA; RESERVATÓRIO DE ÁGUA EM ALUMÍNIO COM PINTURA ATÓXICA; SERPENTINA LOCALIZADA NA PARTE EXTERNA DO RESERVATÓRIO; CONTROLADOR COM 7 NÍVEIS DE TEMPERATURA ATRAVÉS DE TERMOSTATO ENTRE 15° E 40°C; REFRIGERADO POR COMPRESSOR, CAPACIDADE DE RESFRIAMENTO, 2,8 L/H (AMBIENTES A 25°C); RESERVATÓRIO DE ÁGUA GELADA, 2,0 LITROS, VAZÃO APROXIMADO, 3,5 L/H, CORES DISPONÍVEIS, BRANCO, SISTEMA DE VOLTAGEM, 127 V~.	UNIDADE	3,0000	R\$1.534,95	R\$4.604,85
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 3,00 Valor Total R\$4.604,85					
16	14810 - CADEIRA - CADEIRA/POLTRONA EXECUTIVA MODELO PRESIDENTE/SICILIA, BASE COM MECANISMO EXCÊNTRICO COM ALAVANCA DE REGULAGEM DE ALTURA DO ASSENTO E PONTO DE GIRO AVANÇADO QUE TRABALHA O PESO DA POLTRONA, BRACO CROMADO COM APOIO EM P.U. REVESTIDO EM TECIDO; ESTRELA DE ALUMÍNIO INJETADO OU CROMADA; RODÍZIOS EM P.U. OU NYLON, CONFECIONADA EM COURO NATURAL, COR PRETA	UNIDADE	20,0000	R\$1.711,89	R\$34.237,80
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 20,00 Valor Total R\$34.237,80					
17	69798 - CADEIRA - DE ESCRITÓRIO ESTOFADA GIRATÓRIA DE AÇO, POSSUI ALTURA REGULÁVEL, APOIO AOS BRACOS, SUPORTE LOMBAR FIXO, MATERIAL DO ASSENTO COM ENCHIMENTO DE ESPUMA, PESO E ACABAMENTO CROMADOS COM RODÍZIOS, COR PRETA, PESO SUPORTADO 110 KG, ALTURA DO ENCOSTO 45 CM, LARGURA DO ASSENTO 49 CM, ALTURA MÍNIMA DA CADEIRA 83 CM	UNIDADE	232,0000	R\$534,17	R\$123.928,21
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 232,00 Valor Total R\$123.928,21					
18	67861 - CADEIRA FIXA ESTOFADA, COM BRACOS - CADEIRA DIRETOR FIXA COM ASSENTO E ENCOSTO TELADO, BASE CROMADA	UNIDADE	279,0000	R\$1.304,70	R\$364.011,30
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					



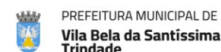
ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA
TRINDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
FAZENDA
DEPARTAMENTO DE PROCESSAMENTO LICITATÓRIO



	Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 279,00 Valor Total R\$364.011,30				
19	4066642 - CADEIRA FIXA ESTOFADA, COM BRACOS - ESPALDAR ALTO, REVESTIDA EM TECIDO, SEM REGULAGEM	UNIDADE	130,0000	R\$541,54	R\$70.400,85
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 130,00 Valor Total R\$70.400,85				
20	31152 - CADEIRA GIRATORIA - BRIZZA TELA PRESIDENTE - SEMAPOIO DE CABECA - BASE STAMP CROMADA RDZ 50 PU -ENCOSTO REGULAVEL - GIRATORIA MECANISMO -BACKPLAX PLUS - 3D PP - REVESTIDO EM: - AERO	UNIDADE	30,0000	R\$842,89	R\$25.286,70
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 30,00 Valor Total R\$25.286,70				
21	76922 - CADEIRA GIRATORIA - PARA ESCRITORIO EXECUTIVA DOTIPO PRESIDENTE, NA COR PRETA, BASE GIRATORIA EMALUMINIO E COM RODIZIOS ANTI RISCO E CROMADOS,ENCOSTO E ASSENTO REVESTIDO EM COURO PU COMMOLAS ENSACADAS, BRACOS DE ALUMINIO ESTOFADO EREVESTIDO EM PU, REGULAGEM DE ALTURA DO PISTAO DEGAS, ENCOSTO MEDINDO 55 CM, ALTURA DE 70 CM,ASSENTO COM PROFUNDIDADE DE 52 CM E LARGURA DE52 CM, BRACOS MEDINDO 45 CM DE COMPRIMENTO E 8CM DE LARGURA.	UNIDADE	30,0000	R\$1.189,97	R\$35.699,00
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 30,00 Valor Total R\$35.699,00				
22	2293846 - CADEIRA SECRETARIA BASE FIXA DE FERRO ¾, PINTURA EPÓXI ANTI FERRUGEM, ASSENTO E ENCOSTO COM TECIDO SERRANO 100% PROPILENO E ESPUMA LAMINADA, SUPORTE DE PESO MÁXIMO INDICADO PELA FÁBRICA DE 125KG.	UNIDADE	198,0000	R\$162,14	R\$32.103,07
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 198,00 Valor Total R\$32.103,07				
23	2927160 - CADEIRA SECRETARIA RETA BASE GIRATÓRIA COMBRAÇOS FIXOS; MEDIDAS: 80 CM ALTURA, 90 CMLARGURA, 40 CM COMPRIMENTO, MODELO COM DESIGNERGONÔMICO	UNIDADE	158,0000	R\$456,83	R\$72.179,14
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 158,00 Valor Total R\$72.179,14				
24	1490753 - CADEIRA SECRETÁRIA GIRATÓRIA SEM BRAÇO - ASSENTO EENCOSTO EM COMPENSADO MULTILAMINADO DE NOMÍNIMO 15 MM MOLDADO ANATOMICAMENTE A QUENTE,COM BORDAS ARREDONDADAS, ASSENTO COMCURVATURA NA PARTE FRONTAL, AMBOS FIXADOS ÀESTRUTURA COM PORCAS DE GARRA. ESPUMAPOLIURETANO INJETADA ANATOMICAMENTE COMDENSIDADE CONTROLADA DE NO MÍNIMO 55KG/M3,ESPESSURA MÍNIMA DE 55 MM NO ASSENTO E NO ENCOSTO. REVESTIMENTO EM TECIDO DE POLIPROPILENONA COR A DEFINIR, CONTRA CAPA DO ENCOSTO E DOASSENTO EM POLIPROPILENO INJETADO. OS TECIDOSDEVEM SER FIXADOS POR GRAMPOS. BORDAS COMACABAMENTO EM PERFIL PVC. CAPA DO ASSENTO E DOENCOSTO SEM COSTURAS. BASE GIRATÓRIA COM 05HASTES DE AÇO REVESTIDAS COM CAPA DEPOLIPROPILENO INJETADO, SOBRE RODÍZIOS DE NYLONCOM ESFERAS DE AÇO. MECANISMO DO TIPO BACKSYSTEM, DE ESTRUTURA MONOBLOCO, COM ASSENTOFIXO TENDO 3° DE INCLINAÇÃO E	UNIDADE	129,0000	R\$333,80	R\$43.060,20



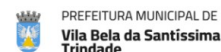
ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA
TRINDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
FAZENDA
DEPARTAMENTO DE PROCESSAMENTO LICITATÓRIO



	2 FUIROS PARA FIXAÇÃO DO ASSENTO COM DISTÂNCIA ENTRE CENTROS DE 125 X 125 MM. SUPORTE DO ENCOSTO EM FORMA DE L, EMTUBO OBLONGO 20 X 48 MM, SEM SANFONA, REGULAGEM DE ALTURA AUTOMÁTICA, SEM ALAVANCA, COM SETE POSIÇÕES; INCLINAÇÃO DO ENCOSTO MEDIANTE AÇÃO DE UMA ALAVANCA NA LATERAL, PODENDO-SE ASSIM OBTER INFINITAS POSIÇÕES. DEVERÁ POSSUIR MOLAS PARA O RETORNO AUTOMÁTICO DO ENCOSTO, E AJUSTE AUTOMÁTICO NA FRENAGEM DO RECLINADOR; COMPONENTES METÁLICOS COM TRATAMENTO DE SUPERFÍCIE EM FOSFATO DE ZINCO. DIMENSÕES ENTRE: LARGURA TOTAL DA CADEIRA 600 A 620 MM - PROFUNDIDADE TOTAL DA CADEIRA 680 A 700 MM - ALTURA TOTAL DA CADEIRA 850 A 890 MM - ALTURA DO ENCOSTO 370 A 390 MM - LARGURA DO ENCOSTO 430 A 450 MM - PROFUNDIDADE DO ASSENTO 430 A 450 MM - LARGURA DO ASSENTO 450 A 470 MM - ALTURA DO ASSENTO 470 A 530 MM GARANTIA MÍNIMA DE 03 (TRÊS) ANOS. NORMAS: NORMA REGULAMENTADORA - NR 17 ABNT NBR 13962/2002 GARANTIA MÍNIMA DE 03 ANOS				
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 129,00 Valor Total R\$43.060,20					
25	2581396 - CADEIRA TIPO LONGARINA 3 LUGARES, SEM BRAÇO, 30X50MM PRETO, PÉS METÁLICOS PRETOS, COM REVESTIMENTO EM POLIPROPILENO, SUPORTES DO ASSENTO E ENCOSTO METÁLICOS PRETOS EM TUBO OBLONGO DE 16X30 MM, COM ESPESSURA DE 1,2 MM E TRAVESSAS METÁLICAS ASSENTOS E ENCOSTOS CONFECCIONADOS EM POLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA PELO SISTEMA DE INJEÇÃO TERMOPLÁSTICA NA COR PRETA, BARRA TUBULAR METÁLICA	UNIDADE	285,0000	R\$552,95	R\$157.590,75
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 285,00 Valor Total R\$157.590,75					
26	1389068 - CAIXA DE SOM AMPLIFICADA, POTÊNCIA: RMS 150 A 400 W ENTRADAS, 4 CANAIS INDEPENDENTES, CANAL 1: MICROFONE, CANAL 2: MICROFONE, CANAL 3: GUITARRA, VIOLÃO E CAVAQUINHO, CANAL 4: ENTRADA USB COM CONTROLE REMOTO, TECLADO, ACORDEON, AUXILIAR IPOD, MP3, PEN DRIVE, CD, DVD E TV ALTO-FALANTE: WOOFER 15", SUPER TWEETER SAÍDA, LINE OUT EQUALIZADOR, 3 VIAS (GRAVES, MÉDIOS AGUDOS) DIMENSÕES, ALTURA: 74,0 CM, LARGURA: 55,5 CM, PROFUNDIDADE: 32,0 CM, DIMENSÕES: - ALTURA: 74,0 CM - LARGURA: 55,5 CM, PROFUNDIDADE: 32,0 CM	UNIDADE	31,0000	R\$747,45	R\$23.170,95
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 31,00 Valor Total R\$23.170,95					
27	2334410 - CAMA - TIPO BERÇO INFANTIL, COM SUPORTE PARAMOSQUITO, ESTRUTURA EM MADEIRA, ESTRADO EM MADEIRA, ESTRUTURA EM MADEIRA, DIMENSÃO: (140 X 80 X 90) COMPRIMENTO, LARGURA E PROFUNDIDADE, ATENDO AS NORMAS DA ABNT., NA COR MARFIM vv	UNIDADE	65,0000	R\$1.140,55	R\$74.135,75
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 65,00 Valor Total R\$74.135,75					
28	51462 - CLIMATIZADOR DE AMBIENTE - CLIMATIZADOR DE AR,	UNIDADE	17,0000	R\$8.476,56	R\$8.476,56



ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA
TRINDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
FAZENDA
DEPARTAMENTO DE PROCESSAMENTO LICITATÓRIO



	PORTATIL, GABINETE E HELICES EM ACO INOX, VAZAO DE AR MINIMA DE 25.000 M³/H; COM CAPACIDADE DE AREA CLIMATIZADA DE 150 A 250 M²; POSSUI SENSOR DE NIVEL DE AGUA, RESERVATORIO DE AGUA MINIMO DE 150 LITROS E TAMANHO APROXIMADO DE 50 X 120 X 90CM, PLACA EVAPORATIVA DE 150MM, RUIDO MAXIMO 58 DECIBEIS, TENSÃO ELETRICA 220V, CONSUMO DE ENERGIA 1.1KW/H, ACOMPANHA CONTROLE REMOTO, PESO APROXIMADO DE 80KG, DIMENSOES APROXIMADAS: 160 X 120 X 90 CM				
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 17,00 Valor Total R\$8.476,56					
29	75406 - CLIMATIZADOR DE AMBIENTE - DO TIPO CLIMATIZADOREVAPORATIVO, COM TRES VELOCIDADES, POSSUINDORESERVATORIO COM CAPACIDADE DE 60 A 70 LITROS, NAVOLTAGEM DE 220 VOLTS, POSSUINDO OSCILACAOHORIZONTAL E VERTICAL, EQUIPADO COM SISTEMA DEDESLIGAMENTO AUTOMATICO DA BOMBA DE AGUAQUANDO O RESERVATORIO ESTIVER VAZIO	UNIDADE	32,0000	R\$1.332,33	R\$42.634,45
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 32,00 Valor Total R\$42.634,45					
30	54528 - CLIMATIZADOR EVAPORATIVO 50 LITROS TIPO COLMEIA,COM CONTROLE REMOTO 220V, 196 W E 280 W (COMUM230 W), VAZÃO DE AR 8.800 M³H, VENTILAÇÃO,UMIDIFICAÇÃO E PURIFICAÇÃO, PAINEL DIGITAL TOUCHSCREEN.	UNIDADE	5,0000	R\$1.750,00	R\$8.750,02
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 5,00 Valor Total R\$8.750,02					
31	3035883 - COLCHAO DE BERCO - DENSIDADE D-23,MEDINDO (1,30 X0,60 X 0,07)M.,EM NAPA VULCANIZADA. COBERTO EMLONA EMBORRACHADA FECHAMENTO EM ZIPER NALATERAL	UNIDADE	65,0000	R\$279,90	R\$18.193,50
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 65,00 Valor Total R\$18.193,50					
32	11478 - COLCHONETE - COLCHONETE PARA PRATICA DEEXERCICIOS, CRECHES, ESCOLAS, COLCHONETE PARADESCANSO ENTRE OUTRAS UTILIDADES TECIDO: COURVINMEDIDAS: 1,00 X 0,60 X 0,05 ESPUMA: D 20 MATERIALRESISTENTE E DE FACIL LIMPEZA	UNIDADE	80,0000	R\$68,78	R\$5.502,00
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 80,00 Valor Total R\$5.502,00					
33	3716600 - ESTANTE EM AÇO 5 BANDEJA PARA ESCRITÓRIORESIDÊNCIA OU INDUSTRIA, MEDIDAS: ALTURA: 1,98 M XLARGURA: 0,92 M X PROFUNDIDADE: 0,30 M, COMREFORÇO ÔMEGA EM BAIXO DAS PRATELEIRAS P/SUPORTAR 20 KG POR PRATELEIRA. PINTURA EPOXI NACOR CINZA.	UNIDADE	282,0000	R\$452,75	R\$127.675,50
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 282,00 Valor Total R\$127.675,50					
34	4215370 - FERRO DE PASSAR ROUPA A VAPOR 110V: PORTAFIO;AJUSTES AUTOMÁTICOS; RESERVATÓRIO DE ÁGUA; SPRAYDE ÁGUA; LUZ INDICADORA; PROTETOR TÉRMICO	UNIDADE	10,0000	R\$166,70	R\$1.667,00
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 10,00 Valor Total R\$1.667,00					
35	2768410 - FOGAO - DOMESTICO, CORPO ESMALTADO E MESA	UNIDADE	35,0000	R\$759,95	R\$26.598,25



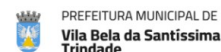
ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA
TRINDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
FAZENDA
DEPARTAMENTO DE PROCESSAMENTO LICITATÓRIO



	DEINOX, A GAS, 4 BOCAS, QUEIMADORES SIMPLES, ACENDIMENTO MANUAL, TAMPA DO FORNO COM JANELA EM VIDRO TEMPERADO, COM PRATELEIRA				
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 35,00 Valor Total R\$26.598,25				
36	1942212 - FOGAO - DOMESTICO, CORPO ESMALTADO E MESA INOX, AGAS, 4 BOCAS, QUEIMADORES SIMPLES, ACENDIMENTO NORMAL, AUTOLIMPANTE, PRATELEIRAS DESLIZANTES	UNIDADE	4,0000	R\$694,75	R\$2.779,00
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 4,00 Valor Total R\$2.779,00				
37	1742566 - FOGÃO INDUSTRIAL 4 BOCAS COM FORNO BAIXAPRESSÃO; BOCAS DE 30X30 DE FERRO FUNDIDO; 2 QUEIMADORES DUPLOS E 2 QUEIMADORES SIMPLES EM FERRO FUNDIDO; PERFIL DO FOGAO 7CM; PINTURA ELETROSTÁTICA; TAMPA FORNO EM AÇO INOX; FORNO COM ISOLAMENTO ACOMPANHADO DE GRADE INTERNA; MEDIDAS DO FOGÃO: ALTURA 80 CM, LARGURA 80CM, PROFUNDIDADE 80CM; MEDIDAS INTERNA DO FORNO: LARGURA 48CM, ALTURA 31CM, PROFUNDIDADE 59CM;	UNIDADE	29,0000	R\$2.074,90	R\$60.172,10
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 29,00 Valor Total R\$60.172,10				
38	70503 - FORNO - MICRO-ONDAS; TIPO DOMESTICO; COM NOMINIMO 800W DE POTENCIA; COM CAIXA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO; PINTURA EPOXI A PO; MODELO CONVENCIONAL; CAPACIDADE MINIMA DE 30L; PORTA COM VISOR; ISOLAMENTO INTERNO EM Lã DE VIDRO; CONTROLE ATRAVES DE TERMOSTATO; BASE CONTENDO SAPATAS ANTIDERRAPANTES; FABRICADO DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES; 220V OU BIVOLT; NA COR BRANCA, ACONDICIONADO DE FORMA ADEQUADA DE MODO A EVITAR CHOQUE ORIUNDO DE MANUSEIO E TRANSPORTE; ACOMPANHA MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUES. CLASSIFICAÇÃO DO INMETRO (ENERGIA A	UNIDADE	20,0000	R\$844,78	R\$844,78
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 20,00 Valor Total R\$844,78				
39	74610 - FORNO ELÉTRICO - DE EMBUTIR, EM INOX; CAPACIDADE MINIMA: 60 LITROS; 127V OU BIVOLT; ACENDIMENTO AUTOMÁTICO; POTENCIA SUPERIOR A 2.000 W; FUNCOES PROGRAMAVEIS; COM GRELHAS; ILUMINAÇÃO INTERNA COM LAMPADA INCLUSA; FUNÇÃO CONVECCAO; MANUAL INCLUSO. GARANTIA MINIMA: 12 MESES.	UNIDADE	10,0000	R\$1.368,00	R\$13.680,00
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 10,00 Valor Total R\$13.680,00				
40	2987538 - FREEZER - FREEZER HORIZONTAL, COM CAPACIDADE DE 550 LITROS, VOLTAGEM 110/220W, COM 2 PORTAS NA COR BRANCA	UNIDADE	8,0000	R\$5.479,45	R\$43.835,60
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 8,00 Valor Total R\$43.835,60				
41	70556 - FREEZER - HORIZONTAL, 01 PORTA, CAPACIDADE 305 LITROS, DE COR BRANCA, VOLTAGEM 220 V, CONGELAMENTO RÁPIDO, DEGELO, PÉS COM RODÍZIOS, TRAVA NA PORTA COM CERTIFICADO DE GARANTIA E MANUAL DE INSTRUÇÃO	UNIDADE	10,0000	R\$3.393,70	R\$3.393,70



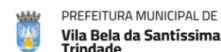
ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA
TRINDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
FAZENDA
DEPARTAMENTO DE PROCESSAMENTO LICITATÓRIO



	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 10,00 Valor Total R\$3.393,70				
42	2987538 - FREEZER - HORIZONTAL, COM CAPACIDADE DE 550LITROS, VOLTAGEM 110/220W, COM 2 PORTAS NA CORBRANCA.	UNIDADE	8,0000	R\$4.974,45	R\$39.795,60
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 8,00 Valor Total R\$39.795,60				
43	81314 - FRIGOBAR - CLASSIFICACAO ENERGETICA "A" - CAPACIDADE MINIMA DE 82 LITROS, COM TEMPERATURADO CONGELADOR: -6°C A -12°C, TEMPERATURA DOCOMPARTIMENTO REFRIGERADO: 0°C A 5°C, VOLUME DOCONGELADOR MINIMO DE 12 LITROS, VOLUME DOREFRIGERADOR MINIMO DE 70 LITROS,DESCONGELAMENTO MANUAL, COM PRATELEIRASREGULAVEIS, TERMOSTATO REGULAVEL, FORMA PARAGELO, TIPO DE GAS REFRIGERANT: R 134ª, COR BRANCO,DIMENSOES APROXIMADAS DO PRODUTO: ALTURA: 79CM,LARGURA: 49CM, PROFUNDIDADE: 61CM E PESO: 30KG	UNIDADE	3,0000	R\$1.500,59	R\$4.501,77
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 3,00 Valor Total R\$4.501,77				
44	2492857 - GELADEIRA COM REFRIGERADOR, 1 PORTA, CAPACIDADELÍQUIDA, 219 LITROS, CAPACIDADE TOTAL DEARMAZENAMENTO (EM LITROS), 239, CONSUMO (KW/H),23,4 KW/H, POTÊNCIA (W), 90 W, COR, BRANCO, SELOPROCEL, GRADES REMOVÍVEIS, SIM, PORTA LATICÍNIOS,SIM, DISPENSER DE ÁGUA EXTERNO/INTERNO, NÃO,PRATELEIRAS NA PORTA, SIM, PRATELEIRAS DE VIDROTEMPERADO, NÃO, RECIPIENTE PARA GUARDAR GELO, SIM,PRATELEIRAS REGULÁVEIS, NÃO, DESODORIZADOR, NÃO,ILUMINAÇÃO INTERNA, SIM, ALARME DE PORTA ABERTA,NÃO, COMPARTIMENTO EXTRA FRIO, NÃO,COMPARTIMENTO CONGELAMENTO RÁPIDO, NÃO, GAVETA,SIM, PORTA OVOS, SIM, SEPARADOR DE GARRAFAS, SIM,DEGELO AUTOMÁTICO, NÃO, RODÍZIOS, NÃO, PÉSNIVELADORES, NÃO, PORTA LATAS, NÃO, PORTAREVERSÍVEL, NÃO, PAINEL ELETRÔNICO, NÃO, CONTROLEDE TEMPERATURA, SIM, CONGELADOR, SIM, TRAVA DESEGURANÇA, NÃO, TIMER, NÃO, MOSTRADOR FRONTAL DETEMPERATURA, NÃO, CONTEÚDO DA EMBALAGEM, 1REFRIGERADOR, VOLTAGEM 110V, DIMENSÕESAPROXIMADAS DO PRODUTO - CM (AXLXP),148,6X47,7X65, PESO APROXIMADO DO PRODUTO (KG),40KG, GARANTIA DO FORNECEDOR, 12 MESES.	UNIDADE	65,0000	R\$2.277,93	R\$2.277,93
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 65,00 Valor Total R\$2.277,93				
45	4249712 - GELADEIRA REFRIGERADOR - COM CAPACIDADE PARA 497 LITROS, NA COR BRANCA,484 W,110/220 V	UNIDADE	20,0000	R\$3.577,00	R\$71.540,00
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 20,00 Valor Total R\$71.540,00				
46	3445453 - LAVADOR DE ALTA PRESSÃO RESIDENCIAL, 1450WPOTÊNCIA, 1600 LIBRAS COM CARRINHO E ALÇA PARATRANSORTE	UNIDADE	66,0000	R\$678,60	R\$44.787,27
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 66,00 Valor Total R\$44.787,27				



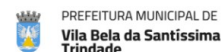
ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA
TRINDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
FAZENDA
DEPARTAMENTO DE PROCESSAMENTO LICITATÓRIO



47	80608 - LAVADORA E SECADORA DE ROUPAS CONJUGADA PROFISSIONAL 10KG: LAVADORA E SECADORA CONJUGADA 10KG, COM PRESSURIZADOR DE REDE COMPRESSOSTATO, GABINETE FABRICADO EM ACO GALVANIZADO, ALIMENTAÇÃO 220V, VELOCIDADE DE ROTACAO DE 1200 RPM, FORÇA G DE EXTRAÇÃO DE 440, CESTO INTERNO DE LAVAGEM EM ACO INOX COM CAPACIDADE PARA 96,8 LITROS, POTENCIA DO MOTOR DE 0,67 KW, RESISTENCIA ELETRICA DE 5350 W, CARREGAMENTO FRONTAL, SENSOR DE UMIDADE, 3 MODOS DE LAVAGEM E 4 MODOS DE SECAGEM, DISPENSER COM 4 COMPARTIMENTOS, PORTA DE ABERTURA DE 180°, FILTRO DE FELPAS, FONTE DE CALORELETRICA, ACABAMENTO EXTERNO NA COR BRANCA, 3 ANOS DE GARANTIA PARA TODAS AS PECAS PARA USO RESIDENCIAL. DIMESÕES: 1986 X 683 X 795 MM (A X L X P)	UNIDADE	6,0000	R\$3.299,50	R\$19.797,00
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 6,00 Valor Total R\$19.797,00					
48	2373661 - LENÇOL PARA BERÇO - 100% ALGODÃO, 1,30CM DE COMPRIMENTO, 0,80CM DE LARGURA, BRANCO	UNIDADE	150,0000	R\$26,98	R\$4.047,75
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 150,00 Valor Total R\$4.047,75					
49	1867431 - LIQUIDIFICADOR DIAMANTE BLACK 04 VELOCIDADE 600W; 110V; CERTIFICAÇÃO DO INMETRO BRA 13/00182; CAPACIDADE DO COPO ÚTIL: 1,5 LITRO; BASE ANTIDERRAPANTE; BOTÃO PULSAR.	UNIDADE	22,0000	R\$162,45	R\$3.573,90
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 22,00 Valor Total R\$3.573,90					
50	1178920 - LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL INO 08 LITROS MOD LQI - 08TENSÃO 127/220 VOLTS POTENCIA 840 W-60 HZ ROTAÇÃO 3.500 RPM	UNIDADE	24,0000	R\$730,25	R\$17.526,00
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 24,00 Valor Total R\$17.526,00					
51	33611 - MAQUINA DE LAVAR - 9KG TURBO LAVAGEM E DUPLO ENXAGUE, LAVAGEM COMPLETA, LAVADORA COM CAPACIDADE PARA 9KG COMPLETA, TEM 14 PROGRAMAS FLEXÍVEIS DE LAVAGEM, TURBO LAVAGEM, ESTA FUNÇÃO É PERFEITA PARA VOCE LAVAR AQUELAS ROUPAS COM SUJEIRAS BEM PESADAS E DIFÍCEIS DE REMOVER. NATURBO LAVAGEM, A LAVADORA PROPORCIONA MAIOR AGITAÇÃO DAS ROUPAS, DEIXANDO-AS MAIS LIMPAS. NÍVEL FÁCIL.	UNIDADE	6,0000	R\$1.779,48	R\$10.676,91
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 6,00 Valor Total R\$10.676,91					
52	80524 - MAQUINA DE LAVAR - CAPACIDADE PARA 17 KG, COM GABINETE EM ACO GALVANIZADO NA COR BRANCA, CESTO EM ACO INOX, COM PES NIVELADORES FRONTAIS, MODELO VERTICAL DOMESTICO PARA LAVAR ROUPAS, COM NOMINIMO 11 PROGRAMACOES DE LAVAGEM, MINIMO 04 NÍVEIS DE AGUA, FILTRO ELIMINA FIAPOS, NA VOLTAGEM 127V, NA COR BRANCA	UNIDADE	6,0000	R\$2.345,97	R\$14.075,80
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 6,00 Valor Total R\$ 0,0000					
53	3327175 - MESA - DE ESCRITÓRIO 120 CM X 60 CM, ALTURA DE	UNIDADE	172,0000	R\$637,05	R\$109.572,6



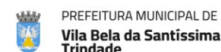
ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA
TRINDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
FAZENDA
DEPARTAMENTO DE PROCESSAMENTO LICITATÓRIO



	75CM, FORMATO RETANGULAR, EM MDP, TAMPO AZUL E BASE CINZA CLARO, COM 2 GAVETAS C/ CHAVE.				0
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 172,00 Valor Total R\$109.572,60				
54	67588 - MESA - DE REUNIAO PARA 10 LUGARES 3,40X1,10X0,76M(LXPXA), EM MDF	UNIDADE	16,0000	R\$1.844,25	R\$29.508,00
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 16,00 Valor Total R\$29.508,00				
55	2909456 - MESA - MESA AUTOPORTANTE EM L,ESTRUTURA:CONFECIONADA EM MDF COM ESPESSURA DE25MM,REVESTIMENTO: EM LAMINADO METAMINICOTEXTURIZADO NA COR CINZA OU PADRAO A SER DETERMINADO PELA SETRA, POR PROCESSO DE BAIXA PRESSAO, COM BORDAS RETAS E NAS EXTREMIDADES BORDA COM FITA ABS,FORMATOS: TAMPON DAS SUPERFICIES PRINCIPAIS DE TRABALHOS COM FORMATO CONFIGURADO EM L, MEDINDO 1600MMX1400MM COM 600MM DE PROFUNDIDADE.,ALTURA DE 0,80M,NA COR CINZA,SEM GAVETIRO,SEM GAVETAS,SEM PAINEL FRONTAL,SEM PAINEL LATERAL,PARA ESCRITORIO, CONJUNTO FORMADO PELOS SEGUINTE COMPONENTES: 2PES-PEDESTAIS, 1 PE TRIANGULAR, 2 PAINES RETAGAUADA, TAMPO EM L DE MDF 1400MMX1600MMX600MM	UNIDADE	53,0000	R\$771,78	R\$40.904,08
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 53,00 Valor Total R\$40.904,08				
56	3218414 - MESA DE ESCRITÓRIO 120MM, TAMPO AZUL E BASE CINZACLARO, COM 2 GAVETAS C/ CHAVE. EM PERFEITO ESTADO	UNIDADE	6,0000	R\$547,30	R\$3.283,80
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 6,00 Valor Total R\$3.283,80				
57	3339963 - MESA DE REUNIAO - EM MADEIRA PRENSADA DE ALTAQUALIDADE TERMO ESTABILIZADA,REVESTIDA EM AMBASAS FACES EM LAMINADO MELAMINICO BAIXAPRESSAO,REVESTIMENTO DO TAMPO NA COR OVO,NOFORMATO RETANGULAR OVALADO,TAMPO ESPESSURAMINIMA DE 25MM, PAINEL COM ESPESSURA MINIMA DE18MM,MEDINDO (2000 X 1100 X 740)MM,ESTRUTURAMETALICA EM ACO ABNT 1010/1020 COM ESPESSURAMINIMA DE 1,5MM. COM 05 PAS OU BASE REDONDA EMFORMA DE DISCO, PINTADA EM EPOXI PO NA COR PRETA ETRATAMENTO ANTI-CORROSAO,COM SAPATAS NIVELADORAS	UNIDADE	22,0000	R\$1.339,84	R\$29.476,37
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 22,00 Valor Total R\$29.476,37				
58	39197 - MONITOR DE VIDEO - COM 32" POLEGADAS, WIDESCREEN 4K, HDR10, HDMI/DISPLAY PORT, FREESYNC, SOM INTEGRADO, AJUSTE DE ALTURA - ENTRADAS E SAÍDAS: HDMI: 2, HEADPHONE OUT: 1, ALTO-FALANTES: 5WX2 ESTÉREO COM CONTROLE, GARANTIA DE 12 MESES	UNIDADE	47,0000	R\$2.132,27	R\$100.216,69
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 47,00 Valor Total R\$100.216,69				
59	10987 - POLTRONA - INDIVIDUAL, REVESTIDA EM COUROSINTETICO, DOTADA DE APOIA BRACOS, NAS DIMENSOES:LARGURA UTIL DO ASSENTO: 470 +/- 20MM,	UNIDADE	3,0000	R\$368,33	R\$1.104,99



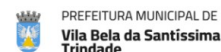
ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA
TRINDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
FAZENDA
DEPARTAMENTO DE PROCESSAMENTO LICITATÓRIO



	ALTURA (H)DA SUPERFICIE DO ASSENTO: 420 +/- 10MM, EXTENSAOVERTICAL (H) DO ENCOSTO: MINIMO DE 500MM, LARGURAUUTIL DO ENCOSTO: 470 +/- 20MM, INCLINACAO DASUPERFICIE DO ASSENTO (EM RELACAO A HORIZONTAL):ENTRE -2° A -7°, ANGULO DO ENCOSTO (EM RELACAO AOPLANO DO ASSENTO): 100° +/-10°, ALTURA DO APOIO DEBRACOS (EM RELACAO AO ASSENTO): 220 +/-20MM,LARGURA MINIMA DO APOIO DE BRAÇOS: 80 MM (GABINETE DO PREFEITO)				
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 3,00 Valor Total R\$1.104,99					
60	10987 - POLTRONA - INDIVIDUAL, REVESTIDA EM COUROSINTETICO, DOTADA DE APOIA BRACOS, NAS DIMENSOES:LARGURA UTIL DO ASSENTO: 470 +/- 20MM, ALTURA (H)DA SUPERFICIE DO ASSENTO: 420 +/- 10MM, EXTENSAOVERTICAL (H) DO ENCOSTO: MINIMO DE 500MM, LARGURAUUTIL DO ENCOSTO: 470 +/- 20MM, INCLINACAO DASUPERFICIE DO ASSENTO (EM RELACAO A HORIZONTAL):ENTRE -2° A -7°, ANGULO DO ENCOSTO (EM RELACAO AOPLANO DO ASSENTO): 100° +/-10°, ALTURA DO APOIO DEBRACOS (EM RELACAO AO ASSENTO): 220 +/-20MM,LARGURA MINIMA DO APOIO DE BRACOS: 80MM	UNIDADE	19,0000	R\$676,50	R\$12.853,50
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 19,00 Valor Total R\$12.853,50					
61	53654 - REFRIGERADOR - COM CAPACIDADE PARA 117 LITROSAPROXIMADAMENTE, MODELO FRIGOBAR, BRANCO OUPRETO,110 V OU 220 V COM MANUAL E GARANTIA	UNIDADE	25,0000	R\$1.187,25	R\$29.681,25
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 25,00 Valor Total R\$29.681,25					
62	59672 - REFRIGERADOR - COM CAPACIDADE PARA 93 LITROS, MODELO FRIGOBAR, NA COR BRANCA, 110V	UNIDADE	5,0000	R\$1.126,63	R\$5.633,15
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 5,00 Valor Total R\$5.633,15					
63	52294 - REFRIGERADOR - DO TIPO GELADEIRA INDUSTRIAL, INOX403, CAPACIDADE DE LITROS 2100 LITROS, VOLTAGEM 220W, 4 PORTAS, COM 4 RODAS. CONTROLADOR ELETRONICODIGITAL: COM INDICADOR DE TEMPERATURA E DEGELOAUTOMATICO NATURAL. RESFRIAMENTO (0°C A 18°C),REVESTIMENTO EXTERNO EM ACO INOX 430 E INTERNO EMACO GALVANIZADO. METRAGEM: FRENTE (MM) 1800,PROFUNDIDADE (MM) 890, ALTURA (MM) 2230, VOLUMETOTAL (L) 2137, PESO BRUTO (KG) 354, TENSAO (V) 220,FREQÜÊNCIA (HZ) 60 50 OU 60, CONSUMO KWH/DIA 11,CLASSE 0 A 32,2°C E 65% UR.	UNIDADE	4,0000	R\$8.305,48	R\$8.305,48
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 4,00 Valor Total R\$8.305,48					
64	1754122 - SANDUICHEIRA - ACO ESMALTADO, TIPO DOMESTICA, COMCHAPAS_INTERNAS ANTI ADERENTE, COM CAPACIDADEPARA 02 LANCHES, COM LAMPADAS SINALIZADORAS, NA VOLTAGEM DE 220V	UNIDADE	7,0000	R\$117,56	R\$822,93
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 7,00 Valor Total R\$822,93					
65	2574438 - SISTEMA DE AR CONDICIONADO - TIPO SPLIT MODELOPISO/ TETO COM CAPACIDADE DE	UNIDADE	6,0000	R\$4.287,00	R\$25.722,00



ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA
TRINDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
FAZENDA
DEPARTAMENTO DE PROCESSAMENTO LICITATÓRIO



	24000BTU/H, CONDESAADOR A AR AXIAL, VOLTAGEM DE 220V/60HZ/MONOFASICO, COM CONTROLE REMOTO SEMFIO				
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 6,00 Valor Total R\$25.722,00					
66	3957888 - TAPETE - EM EVA. DO TIPO TAPETE /TATAME INFANTIL, MEDINDO 0,30 X 0,50 X 0,30CM (COMPLARG.ALT) COMPOSTO DE 9 PECAS 0,30X03CM	UNIDADE	100,0000	R\$139,86	R\$13.986,50
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 100,00 Valor Total R\$13.986,50					
67	60486 - TELEVISOR - TAMANHO TELA: 85 POL, VOLTAGEM: 110/220V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SMART TV, 4 K, WIFI. ENTRADAS HDMI/USB, CONVERSOR, TIPO TELA: LED, ACESSÓRIOS: CONTROLE REMOTO, - SMART TV 85" 4KUHD LED TCL 85P745A SMART TV TCL 85P745 P745 DE 85", COM RESOLUÇÃO UHD 4K (3840X2160) E TECNOLOGIA LED, A TCL 85P745 IMAGENS NÍTIDAS E DETALHADAS, CORES VIVAS EVIBRANTES. O PROCESSADOR AIPQ GEN3 GARANTE VISUALIZAÇÃO MAIS FLUIDA E NATURAL, ENQUANTO O SISTEMA OPERACIONAL GOOGLE TV, OFERECE ACESSO A DIVERSOS CONTEÚDOS DE STREAMING, CONECTIVIDADE VIA WI-FI E BLUETOOTH, PARA ESPELHAR O CONTEÚDO DO SEU SMARTPHONE OU TABLET NA TELA DA TV, COMANDO DE VOZ À DISTÂNCIA, DOLBY VISION, DOLBY ATMOS, HDR10 E DESIGN SEM BORDAS, EXPERIÊNCIA DE IMERSÃO TOTAL, 60HZ DE FREQUÊNCIA, ASSISTENTE VIRTUAL GOOGLE, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES	UNIDADE	18,0000	R\$8.546,20	R\$153.831,60
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 18,00 Valor Total R\$153.831,60					
68	4274865 - TELEVISOR - TIPO SMART TV. TELA TIPO: LED, TAMANHO 40 FORMATO 16:9. RESOLUÇÕES NO MÍNIMO 640X480, 800X600, 1024X768, 1920X1080, 1920X1080i, 1920X1080P, 1280X720P. SISTEMA DE CORES: PAL-M, PAL-N, NTSC. FORMATOS DE VÍDEO SUPOSTADOS: AVI, MKV, H.264, MPE G -4 AVC, MPEG1, MPEG2, MPEG4, DIVX, M2TS, MP4, MPEG, MPG. FORMATOS DE IMAGEM SUPOSTADOS: JPEG, JPG, BMP. FORMATOS DE LEGENDA SUPOSTADOS: SRT, SMI, AAS, SUB. FORMATOS DE ÁUDIO SUPOSTADOS: MP3, M4A, MPA, AAC, MKA. CONEXÕES TRASEIRAS MÍNIMAS: ENTRADAS: 3 HDMI, 3 USB, VÍDEO COMPONENTE (Y/PB/PR), ETHERNET, VÍDEO COMPOSTO (AV). SAÍDAS: ÁUDIO DIGITAL. CONEXÕES LATERAIS: FONE DE OUVIDO, HDMI, ENTRADA USB. POTÊNCIA DO ÁUDIO: 20 W OU 10 W X2. FREQUÊNCIA: 120 HZ. TENSÃO: 110V OU BIVOLT. CONEXÃO COM INTERNET: WIRELESS E ETHERNET. CONVERSOR DIGITAL: INTEGRADO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONTROLE REMOTO, PILHAS, CABO DE FORÇA, MANUAL DE INSTRUÇÕES. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	UNIDADE	23,0000	R\$1.441,30	R\$33.149,90
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 23,00 Valor Total R\$33.149,90					
69	52096 - TELEVISOR - TIPO SMART TV. TELA TIPO: LED, TAMANHO 50" ULTRA HD, 4K, COM CONVERSOR DIGITAL, COM 3 HDMI, 2 USB, WI-FI, HDR PREMIUM E BLUETOOTH,	UNIDADE	29,0000	R\$2.536,95	R\$73.571,55



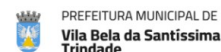
ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA
TRINDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
FAZENDA
DEPARTAMENTO DE PROCESSAMENTO LICITATÓRIO



	BIVOLTFORMATO 16:9. RESOLUÇÕES NO MÍNIMO 640X480,800X600, 1024X768, 1920X1080, 1920X1080I,1920X1080P, 1280X720P. SISTEMA DE CORES: PAL -M, PAL- N, NTSC. FORMATOS DE VÍDEO SUPOSTADOS: AVI, MKV,H.264, MPE G -4 AVC, MPEG1, MPEG2, MPEG4, DIVX, M2TS,MP4, MPEG, MPG. FORMATOS DE IMAGEM SUPOSTADOS:JPEG, JPG, BMP. FORMATOS DE LEGENDA SUPOSTADOS:SRT, SMI, A				
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 29,00 Valor Total R\$73.571,55					
70	227722 - VENTILADOR DE COLUNA 3 VELOCIDADES 50CM, COMGRADE EM POLIPROPILENO, FUNÇÃOVENTILAÇÃO/OSCILAÇÃO; 160 WATTS DE POTÊNCIA;ROTAÇÃO 1400 RPM; FÁCIL LIMPEZA, SILENCIOSO, DEBAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DESMONTÁVEL.	UNIDADE	31,0000	R\$239,97	R\$7.439,17
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 31,00 Valor Total R\$7.439,17					
71	1480014 - VENTILADOR DE PAREDE GRADE 60 CM OSCILANTE,BIVOLT, COM ESTRUTUTA EM AÇO PINTADO COMTRATAMENTO ANTIFERRUGEM, HÉLICES EMPOLIPROPILENO NATURAL, 200 W POTÊNCIA.	UNIDADE	47,0000	R\$347,45	R\$16.330,15
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 47,00 Valor Total R\$16.330,15					
72	3093921 - SOPRADOR AGRICOLA - TIPO ASPIRADOR DE FOLHAS,POTÊNCIA MÁXIMA: 2000W, VOLUME MÁXIMO DO AR:12M3/H	UNIDADE	1,0000	R\$290,52	R\$290,52
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 1,00 Valor Total R\$290,52					
73	76440 - MICROFONE DE LAPELA - MICROFONE DE LAPELA, SEM FIO,ALCANCE DE TRANSMISSAO MINIMO DE 30 METROS,SENSIBILIDADE -42DB, CONEXAO USB TIPO C	UNIDADE	1,0000	R\$914,50	R\$914,50
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 1,00 Valor Total R\$914,50					
74	2257092 - CONDICIONADOR DE AR - COM CAPACIDADE DE 12.000BTU'S TIPO PORTATIL COM CONTROLE REMOTO S/FIO, NAVOLTAGEM 220 VOLTS, GARANTIA 01 ANO DE GARANTIAPARA DEFEITO DE FABRICAÇÃO	UNIDADE	4,0000	R\$2.636,91	R\$10.547,64
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 4,00 Valor Total R\$10.547,64					
75	4201086 - SOPRADOR AGRICOLA - TIPO ASPIRADOR DE FOLHAS.MOTOR A GASOLINA DE 2 TEMPOS,.POTENCIA DE 0,8KW,CILINDRADA DE 27,2CC.VOLUME MAXIMO DO AR: 810M³/H,PESO 4,5KG,COM SACO COLETOR E DISPOSITIVO DE SUCCAO; GARANTIA 01 ANO DE GARANTIA PARA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	UNIDADE	1,0000	R\$1.378,46	R\$1.378,46
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 1,00 Valor Total R\$1.378,46					
76	3006581 - BIBLIOCANTO - DE ESTRUTURA EM ACO CHAPA16,MEDINDO (17 X 10 X 10)CM,DO TIPO CENTRAL PARAPRENDER LIVROS NA ESTANTE	UNIDADE	120,0000	R\$25,68	R\$3.081,00
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 120,00 Valor Total R\$3.081,00					
77	2993562 - ESTANTE DESMONTAVEL DE ACO - TIPO DUPLA FACE PARA BIBLIOTECA,COM ALTURA DE 2300MM,COM 12	UNIDADE	8,0000	R\$3.423,52	R\$27.388,16



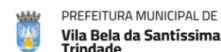
ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA
TRINDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
FAZENDA
DEPARTAMENTO DE PROCESSAMENTO LICITATÓRIO



	PRATELEIRAS (06 DE CADA LADO), E UMA BASE PARA LIVROS, COM DOBRAS DUPLAS EM TODO O PERIMETRO, PARA SUPOSTAR CARGA UTIL DE 60KG POR PRATELEIRA, COM DIMENSAO DE (2300MM ALTURA X 1020MM LARGURA X 555MM PROFUNDIDADE), CONFECCIONADO EM CHAPA DE ACO Nº16 (1,50MM), Nº18(1,20MM), Nº20 (0,90MM) E Nº22 (0,75MM), PINTURA ELETROSTATICA A PO, NA COR CINZA.				
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 8,00 Valor Total R\$27.388,16					
78	4383222 - ESTANTE - SIMPLES PARA LIVROS INFANTIS EM CHAPA DE ACO DE BAIXO TEOR DE CARBONO, MEDINDO 1.020,00 X 1.420,00 X 330,00 MM (LARGURA X ALTURA X PROFUNDIDADE) (PODENDO VARIAR EM 5%), COM 03(TRES) PRATELEIRAS DE DIMENSOES DE 1.000,00 MM DE COMPRIMENTO E 235,00 MM DE PROFUNDIDADE, CONFECCIONADAS EM CHAPA Nº 24 (0,60MM), CADAPRATELEIRA UNIDA PELO SISTEMA DE ENCAIXE (SEMPARAFUSOS) COM 02 (DOIS) ANTEPAROS LATERAIS EM FORMA DE FLOR, DOTADOS DE GANCHOS PARA ENCAIXENA CREMALHEIRA DAS COLUNAS, CONFECCIONA	UNIDADE	3,0000	R\$2.142,08	R\$6.426,24
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 3,00 Valor Total R\$6.426,24					
79	1934368 - BIOMBO - SIMPLES (CABINE ACOPLADA A BANCADA DE COMPUTADOR), ESTRUTURA EM COMPENSADO COM ESPESURA DE 20MM, REVESTIDO EM LAMINADO, MEDINDO (1,30 X 0,80 X 0,85)M, NAS CORES BRANCO E AZUL MINERAL, FIXO, COM ABERTURA PARA VENTILACAO E RASGO PARA PASSAGEM DOS FIOS	UNIDADE	2,0000	R\$552,58	R\$1.105,17
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 2,00 Valor Total R\$1.105,17					
80	1638858 - CONJUNTO DE MESA E CADEIRA - COM 6 CADEIRAS, MADEIRA DE LEI COM ACABAMENTO ENCERADO, MESAS COM FORMATO RETANGULAR	UNIDADE	1,0000	R\$2.372,50	R\$2.372,50
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 1,00 Valor Total R\$2.372,50					
81	18151 - MESA INFANTIL OITAVADA COM 8 CADEIRAS - CONFECCIONADA EM MADEIRA E M.D.F.. TAMPA DA MESA EM FORMA DE OCTAGONO COM FITA DE BORDA COLORIDA, PÉS COLORIDOS, PINTADOS COM TINTA ATÓXICA, NAS CORES VERMELHO, VERDE, AZUL E AMARELO, INCLUSIVE 08 CADEIRAS COLORIDAS COM ESTRUTURA DE FERRO BRANCO, ACENTO E ENCOSTO EM MDF, PINTADAS COM TINTA ULTRAVIOLETA ATÓXICA (2 NA COR VERDE, 2 NA COR VERMELHA, 2 NA COR AMARELA E 2 NA COR AZUL). MEDIDA CADEIRA: 26 X 30,5 X 60 CM. MEDIDA DA MESA: 104 X 104 X 56,5 CM. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPELÃO.	UNIDADE	1,0000	R\$3.615,60	R\$3.615,60
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 1,00 Valor Total R\$3.615,60					
82	67860 - CADEIRA GIRATORIA ESTOFADA, COM BRACOS - CADEIRA DIRETOR FIXA COM ASSENTO E ENCOSTO TELADO, GIRATORIA, BASE CROMADA	UNIDADE	2,0000	R\$539,98	R\$1.079,95
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 2,00 Valor Total R\$1.079,95					
83	1987186 - CADEIRA - FIXA, TIPO SECRETARIA, SEM RODÍZIO,	UNIDADE	8,0000	R\$397,20	R\$3.177,60



ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA
TRINDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
FAZENDA
DEPARTAMENTO DE PROCESSAMENTO LICITATÓRIO



	SEMBRACOS, CONFECCIONADA EM ESPUMA INJETADA DE ALTADENSIDADE MOLDADA ANATOMICAMENTE, ESTRUTURA EMACO, NO MODELO FIXA QUATRO PES NO TUBO 7/8,PINTURA EM EPOXI E TRATAMENTO ANTI-FERRUGEM,TECIDO OU COUVIN, NA COR CINZA, ESTOFAMENTO EMESPUMA INJETADA				
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 8,00 Valor Total R\$3.177,60					
84	2448840 - MESA - PARA ESCRITORIO, EM AGLOMERADO, REVESTIDOEEM MELAMINICO, FORMATO EM "L", MEDINDO (2,00 X 1,55X 0,80)M, NA COR CINZA CLARO, COM 03 GAVETAS ECHAVES, ESPACO PARA COMPUTADOR E IMPRESSORA	UNIDADE	1,0000	R\$1.432,45	R\$1.432,45
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 1,00 Valor Total R\$1.432,45					
85	37021 - BANCO - TIPO PUF COURO SINTETICO, MEDINDO 90CMX90	UNIDADE	6,0000	R\$578,25 0	R\$3.469,50 0
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 6,00 Valor Total R\$3.469,50					
86	71057 - ARMARIO - DE ESCRITORIO EM MDP 15MM, 2 PORTASARTICULADAS, ALTURA 73 CM, LARGURA 80 CM,PROFUNDIDADE 45 CM	UNIDADE	1,0000	R\$426,72	R\$426,72
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 1,00 Valor Total R\$426,72					
87	9037181 - CADEIRA GIRATORIA - CADEIRA ATHENASCOM ENCOSTO EM TELA, BASE CROMADA E AJUSTE DE ALTURA. IDEAL PARA ESCRITORIOS MODERNOS COM CONFORTO PARA LONGAS HORAS. ESTRUTURA: POLIPROPILENO COM BASE CROMADA. ENCOSTO: TELA DE ALTA RESISTENCIA COM MOLDURA EM POLIPROPILENO. ASSENTO: ESPUMA REVESTIDA; MECANISMO: AJUSTE DE ALTURA DO ASSENTO; BRACOS: FIXOS; RODIZIOS: NYLON COM BASE ESTAVEL. ALTURA: 88 A 98 CM (AJUSTAVEL); LARGURA: 63 CM; COMPRIMENTO: 58 CM; ALTURA DO ASSENTO: 40 A 50 CM; PESO SUPORTADO: ATE 120 KG	UNIDADE	6,0000	R\$542,97	R\$3.257,82
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Quantidade: 6,00 Valor Total R\$ 0,0000					
Valor Total				R\$3.986.993,41 0	

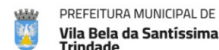
1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

- 1.4. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.5. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, limitado ao período necessário para a execução do objeto contratado.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO



ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA
TRINDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
FAZENDA
DEPARTAMENTO DE PROCESSAMENTO LICITATÓRIO



2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

Secretaria de Agricultura – DFD nº 55

Secretaria de Saúde – DFD nº 41

Secretaria de Educação – DFD nº 67

Secretaria de Esporte e Lazer – DFD nº 03

Secretaria de Cultura – DFD nº 39

Secretaria de Meio Ambiente – DFD nº 51

Secretaria de Turismo – DFD nº 29

Secretaria de Administração – DFD nº 06

Secretaria de Igualdade Racial – DFD nº 45

Secretaria de Assistência Social – DFD nº 27

Secretaria de Obras – DFD nº 22

Gabinete do Prefeito – DFD nº 09

Ressalta-se que a Secretaria de Planejamento e a Secretaria do Distrito de Santa Clara não possuem alinhamento com o Plano de Contratações Anual (PCA) 2026, não havendo registro correspondente no planejamento anual para o presente objeto.

A adoção do Sistema de Registro de Preços fundamenta-se no art. 3º, incisos III e IV, do Decreto Municipal nº 038/2023, considerando que a futura contratação visa atender às demandas de diversas Secretarias Municipais, proporcionando maior padronização, economicidade e eficiência administrativa na aquisição dos materiais.

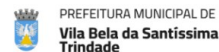
Além disso, em razão da natureza do objeto e da imprevisibilidade do consumo exato durante o período de vigência da ata, não é possível definir previamente os quantitativos efetivamente demandados pela Administração, sendo mais adequada a utilização do Sistema de Registro de Preços, permitindo aquisições conforme a necessidade do Município.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar – ETP nº 5741/2026, apêndice deste Termo de Referência.



ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA
TRINDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
FAZENDA
DEPARTAMENTO DE PROCESSAMENTO LICITATÓRIO



- 3.2. A solução consiste na aquisição de eletrônicos, eletrodomésticos e mobiliários, destinados a atender às demandas das Secretarias Municipais, conforme especificações e quantitativos definidos neste Termo de Referência.
- 3.3. Os bens deverão ser novos, de primeiro uso, e atender às especificações técnicas mínimas exigidas, incluindo padrões de qualidade, desempenho e eficiência, conforme condições estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar.
- 3.4. Considerando o ciclo de vida do objeto, os produtos deverão apresentar durabilidade adequada, garantia mínima contra defeitos de fabricação e conformidade com as normas técnicas aplicáveis, de forma a assegurar o adequado funcionamento e a redução de custos com manutenção e reposição.
- 3.5. A contratação contempla o fornecimento, transporte e entrega dos bens, devendo ser entregues em perfeitas condições de uso, acompanhados de manuais, certificados e demais documentos pertinentes.
- 3.6. Os bens deverão observar, quando aplicável, critérios de sustentabilidade, especialmente quanto à eficiência energética e à redução de impactos ambientais.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O fornecimento de eletrônicos, eletrodomésticos e mobiliários deverá atender integralmente às especificações técnicas, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

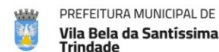
Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de funcionamento, conservação e utilização, não sendo aceitos materiais usados, recondicionados, remanufaturados ou com quaisquer avarias.

Os itens deverão observar os padrões mínimos de qualidade, segurança, resistência, durabilidade e desempenho, atendendo às normas técnicas aplicáveis e regulamentações dos órgãos competentes, quando cabível.

O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, conforme necessidade da Administração Municipal, mediante emissão de ordem de fornecimento expedida pelo setor competente.



ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA
TRINDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
FAZENDA
DEPARTAMENTO DE PROCESSAMENTO LICITATÓRIO



A entrega dos materiais deverá ocorrer nos locais indicados pela Administração Municipal, em horário de expediente, acompanhados da respectiva nota fiscal e demais documentos exigidos pela legislação vigente.

A contratada será responsável pelo transporte, carga, descarga e entrega dos produtos, sem quaisquer custos adicionais ao Município.

Os produtos deverão possuir garantia mínima conforme previsto na legislação aplicável, ficando a contratada obrigada a substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, os itens que apresentarem defeitos, vícios, avarias ou desconformidades.

Não será exigida marca específica para os produtos, devendo os itens ofertados atenderem às especificações mínimas de qualidade e desempenho definidas neste Termo de Referência, sendo vedado o fornecimento de materiais incompatíveis com a necessidade da Administração.

Não será exigida apresentação de amostras, salvo quando necessária diligência destinada à verificação da compatibilidade e qualidade dos produtos ofertados.

A contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, observando integralmente as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

Subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da proposta

Não será exigida garantia da proposta, considerando a natureza do objeto e visando assegurar a ampla competitividade do certame, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

A não exigência de garantia da proposta fundamenta-se na natureza do objeto, que consiste no fornecimento de bens comuns, sem elevada complexidade técnica ou riscos relevantes à contratação, de modo a preservar a ampla competitividade do certame e evitar restrições desnecessárias à participação de licitantes, observando os princípios da razoabilidade, competitividade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

Garantia da contratação



ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA
TRINDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
FAZENDA
DEPARTAMENTO DE PROCESSAMENTO LICITATÓRIO



Não será exigida garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza do objeto e a baixa complexidade da execução contratual.

A não exigência de garantia da contratação fundamenta-se na natureza do objeto, que consiste no fornecimento de bens comuns, sem complexidade técnica elevada ou riscos significativos à execução contratual, de modo que a medida visa preservar a competitividade do certame e evitar custos adicionais desnecessários aos licitantes, observando os princípios da razoabilidade, economicidade e interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

Margem de Preferência:

Não será aplicada margem de preferência na presente contratação.

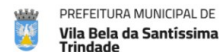
A opção pela não adoção de margem de preferência fundamenta-se na ausência de regulamentação específica que estabeleça percentuais aplicáveis ao objeto desta contratação, bem como na necessidade de preservação da ampla competitividade e da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega



ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA
TRINDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
FAZENDA
DEPARTAMENTO DE PROCESSAMENTO LICITATÓRIO



O prazo de entrega dos itens, sempre que solicitado, será de 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento.

Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Os produtos deverão ser entregues nos locais indicados pelas Secretarias Municipais solicitantes, conforme relação abaixo, no município de Vila Bela da Santíssima Trindade – MT:

Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial – Rua Londrina, s/nº, Centro (ao lado do Espaço do Kangingin);

Secretaria Municipal de Gabinete – Rua Dr. Mário Corrêa, nº 452, Centro (Centro Administrativo Zumbi dos Palmares); Secretaria Municipal de Administração e Fazenda – Rua Dr. Mário Corrêa, nº 452, Centro (Centro Administrativo Zumbi dos Palmares);

Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho – Rua Dr. Mário Corrêa, nº 451, Centro (ao lado da Prefeitura Municipal);

Secretaria Municipal de Cultura – Travessa do Palácio, s/nº, Centro (Palácio dos Capitães Gerais);
Secretaria Municipal de Educação – Rua Pouso Alegre, s/nº, Centro;

Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – Rua Municipal, s/nº, Centro (próximo à Quadra Poliesportiva Melânio de Assunção);

Secretaria Municipal de Fomento à Agropecuária – Rua Marechal Rondon, s/nº, Centro;

Secretaria Municipal de Meio Ambiente – Rua Marechal Rondon, s/nº, Centro (esquina com a Travessa do Palácio);

Secretaria Municipal de Obras – Rua Julião Leite de Brito, s/nº, Centro;

Secretaria Municipal de Planejamento – Rua Dr. Mário Corrêa, nº 452, Centro (Centro Administrativo Zumbi dos Palmares);

Secretaria Municipal de Saúde – Travessa do Palácio, s/nº, Centro;

Secretaria Municipal de Turismo – Travessa do Palácio, s/nº, Centro (Palácio dos Capitães Gerais);
Secretaria Municipal de Santa Clara do Monte Cristo – Avenida João de Deus Ribas de Neira, s/nº, Centro.

Garantia, manutenção e assistência técnica



ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA
TRINDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
FAZENDA
DEPARTAMENTO DE PROCESSAMENTO LICITATÓRIO



O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

A assistência técnica deverá ser prestada por **rede autorizada ou pelo próprio fornecedor**, garantindo atendimento adequado e dentro de prazo razoável, de forma a não comprometer a continuidade das atividades administrativas.

Caso o bem apresente defeito e não seja possível o reparo no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, o contratado deverá realizar a **substituição por outro novo**, com características iguais ou superiores, sem qualquer custo adicional.

Todos os custos relacionados à garantia, manutenção e assistência técnica, incluindo transporte, mão de obra e peças, serão de responsabilidade do contratado.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização



ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA
TRINDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
FAZENDA
DEPARTAMENTO DE PROCESSAMENTO LICITATÓRIO



- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

- 6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que



ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA
TRINDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
FAZENDA
DEPARTAMENTO DE PROCESSAMENTO LICITATÓRIO



resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

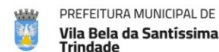
Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

- 1.1.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 1.1.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 1.1.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 1.1.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 1.1.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158



ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA
TRINDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
FAZENDA
DEPARTAMENTO DE PROCESSAMENTO LICITATÓRIO



da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

- 1.1.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 1.1.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 1.1.8 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 1.1.9 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima,



ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA
TRINDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
FAZENDA
DEPARTAMENTO DE PROCESSAMENTO LICITATÓRIO



sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

1.1.10 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

1.1.11 Multa:

1.1.11.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **10 (dez) dias**;

7.2.1.1. Moratória de **0,07% (sete centésimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de **2% (dois por cento)**, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

1.1.11.2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h”, de **10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor total da contratação.

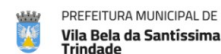
1.1.11.3. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento)** do valor total da contratação.

1.1.11.4. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor total da contratação.

1.1.11.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor total da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea.



ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA
TRINDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
FAZENDA
DEPARTAMENTO DE PROCESSAMENTO LICITATÓRIO



- 1.1.11.5.1. atraso injustificado na entrega parcial dos bens contratados;
 - 1.1.11.5.2. entrega de produtos em desconformidade com as especificações técnicas previstas no Termo de Referência;
 - 1.1.11.5.3. substituição de produtos sem autorização prévia da Administração;
 - 1.1.11.5.4. descumprimento parcial dos prazos estabelecidos no cronograma de entrega;
 - 1.1.11.5.5. fornecimento de itens com avarias, defeitos ou em quantidade inferior à solicitada;
 - 1.1.11.5.6. não apresentação de documentos obrigatórios relacionados à execução contratual;
 - 1.1.11.5.7. falha na prestação da garantia, assistência técnica ou suporte exigidos na contratação;
 - 1.1.11.5.8. descumprimento de obrigações acessórias que não comprometam integralmente a execução do objeto.
- 7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as



ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA
TRINDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
FAZENDA
DEPARTAMENTO DE PROCESSAMENTO LICITATÓRIO



penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

1.1.12 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

1.1.13 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

1.1.14 a natureza e a gravidade da infração cometida;

1.1.15 as peculiaridades do caso concreto;

1.1.16 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

1.1.17 os danos que dela provierem para o Contratante; e

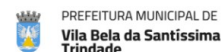
1.1.18 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado,



ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA
TRINDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
FAZENDA
DEPARTAMENTO DE PROCESSAMENTO LICITATÓRIO



observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

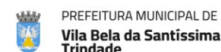
8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente no ato da entrega, pelo fiscal do contrato ou servidor designado pela Administração, para verificação da conformidade dos produtos com as especificações constantes neste Termo de Referência, na proposta apresentada e no contrato administrativo.

8.2. O recebimento definitivo ocorrerá após a conferência quantitativa e qualitativa dos itens, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, desde que constatada a conformidade dos bens entregues.

8.3. Caso sejam identificadas irregularidades, defeitos, avarias ou desconformidades com as especificações exigidas, os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, devendo a contratada promover a substituição dos itens recusados no prazo estabelecido pela Administração, sem ônus adicional ao Município.



ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA
TRINDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
FAZENDA
DEPARTAMENTO DE PROCESSAMENTO LICITATÓRIO



- 8.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pelos vícios aparentes ou ocultos, nem pela garantia e qualidade dos produtos fornecidos, permanecendo responsável pela perfeita execução do objeto contratual.
- 8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 8.8. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

- 8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 1.1.19 o prazo de validade;
 - 1.1.20 a data da emissão;
 - 1.1.21 os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 1.1.22 o período respectivo de execução do contrato;
 - 1.1.23 o valor a pagar; e



ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA
TRINDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
FAZENDA
DEPARTAMENTO DE PROCESSAMENTO LICITATÓRIO



- 1.1.24 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;
- 8.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- 1.1.25 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 1.1.26 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 8.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
- 8.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 8.16. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.



ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA
TRINDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
FAZENDA
DEPARTAMENTO DE PROCESSAMENTO LICITATÓRIO



8.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

8.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)** de correção monetária.

Forma de pagamento

8.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.23. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.24. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.25. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

1.1.27 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.



ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA
TRINDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
FAZENDA
DEPARTAMENTO DE PROCESSAMENTO LICITATÓRIO



1.1.28 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

1.1.29 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

1.1.30 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.26. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

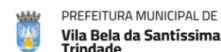
Reajuste

8.27. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 26/01/2026

8.28. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA
TRINDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
FAZENDA
DEPARTAMENTO DE PROCESSAMENTO LICITATÓRIO



- 8.29. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.30. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 8.31. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 8.32. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 8.33. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.34. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade [PREGÃO], sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo [MENOR PREÇO].

Forma de fornecimento

- 9.2. O fornecimento do objeto será PARCELADO.

Critérios de aceitabilidade de preços

- 9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

- 9.3.1 Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

Exigências de habilitação

- 9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:



ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA
TRINDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
FAZENDA
DEPARTAMENTO DE PROCESSAMENTO LICITATÓRIO



Habilitação jurídica

- 9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.13. Ato de autorização para o exercício da atividade: não será exigido ato de autorização para o exercício da atividade, tendo em vista que o objeto da



ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA
TRINDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
FAZENDA
DEPARTAMENTO DE PROCESSAMENTO LICITATÓRIO



contratação não está sujeito à fiscalização ou autorização específica de órgão regulador competente.

- 9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.



ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA
TRINDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
FAZENDA
DEPARTAMENTO DE PROCESSAMENTO LICITATÓRIO



Qualificação Técnica

Para fins de comprovação da qualificação técnica, deverá(ão) ser apresentado(s) o(s) seguinte(s) documento(s):

- Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado;
- O(s) atestado(s) deverá(ão) comprovar que a licitante já forneceu materiais compatíveis com o objeto desta contratação;
- Os atestados poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante;
- A Administração poderá promover diligências para verificar a autenticidade das informações constantes nos atestados apresentados;
- Caso necessário, poderá ser solicitado documento complementar que comprove a execução satisfatória do fornecimento indicado no atestado de capacidade técnica.

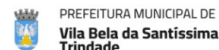
Não será exigido registro ou inscrição em conselho profissional, tendo em vista que o objeto da contratação não envolve atividade profissional regulamentada sujeita à fiscalização específica.

Disposições gerais sobre habilitação

- 9.23. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.24. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 9.25. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.



ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA
TRINDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
FAZENDA
DEPARTAMENTO DE PROCESSAMENTO LICITATÓRIO



9.26. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.27. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$3.986.993,41 (Três milhões, novecentos e oitenta e seis mil, novecentos e noventa e três reais e quarenta e um centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

Dotação orçamentária de cada secretaria participante:

UNIDADE: 03.001 Secretaria Municipal de Administração e Fazenda CLASSIFICAÇÃO: 04.122.2019.1005- AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES - ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA NATUREZA DA DESPESA: Desp. 28 - 4.4.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS 1.500.0000000

UNIDADE: 04.001 Secretaria Municipal de Planejamento CLASSIFICAÇÃO: 04.121.2019.1254 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES - PLANEJAMENTO NATUREZA DA DESPESA: 33 - 4.4.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS 1.500.0000000

UNIDADE: 06.001 - SECRETARIA DE CULTURA CLASSIFICAÇÃO: 13.392.2035.2180 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE CULTURA Desp. 88 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS 1.500.0000000

UNIDADE: 07.001 - SECRETARIA DE FOMENTO À AGROPECUÁRIA CLASSIFICAÇÃO: 20.605.2015.2185 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE FOMENTO À AGROPECUÁRIA NATUREZA DA DESPESA: 111 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS 1.500.0000000

UNIDADE: 09.001 - Secretaria Mun.de Infraestrutura e Serv.Públicos CLASSIFICAÇÃO: 04.122.2044.1301 - AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, UTENSÍLIOS, FERRAMENTAS E DEMAIS - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA NATUREZA DA DESPESA: 167 - 4.4.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS 1.500.0000000



ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA
TRINDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
FAZENDA
DEPARTAMENTO DE PROCESSAMENTO LICITATÓRIO



UNIDADE: 09.001 - Secretaria Mun.de Infraestrutura e Serv.Públicos CLASSIFICAÇÃO: 04.122.2044.2218 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERV. PÚBLICOS NATUREZA DA DESPESA: 180 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS 1.500.0000000

UNIDADE: 10.001 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente CLASSIFICAÇÃO: 18.541.2019.1320 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES - MEIO AMBIENTE NATUREZA DA DESPESA: 201 - 4.4.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS 1.500.0000000

UNIDADE: 11.001 - Secretaria Municipal de Esporte e Lazer CLASSIFICAÇÃO: 27.812.2068.2238 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER NATUREZA DA DESPESA: 244 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS 1.500.0000000

UNIDADE: 15.001 - Secretaria de Promoção da Igualdade Racial CLASSIFICAÇÃO: 14.422.2076.2262 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL NATUREZA DA DESPESA: 320 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS 1.500.0000000

UNIDADE: 02.001 - Gabinete do Prefeito CLASSIFICAÇÃO: 04.122.2019.1009 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES - GABINETE DO PREFEITO NATUREZA DA DESPESA: 6 - 4.4.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS 1.500.0000000

UNIDADE: 13.001 - Secretaria Municipal de Turismo CLASSIFICAÇÃO: 23.695.2019.1344 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES - TURISMO NATUREZA DA DESPESA: 297 - 4.4.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS 1.500.0000000

UNIDADE: 12.001 - Secretária de Assistência Social e Trabalho CLASSIFICAÇÃO: 08.245.2003.2355 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NATUREZA DA DESPESA: 254 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS 1.500.0000000

UNIDADE: 12.001 - Secretária de Assistência Social e Trabalho CLASSIFICAÇÃO: 08.244.2064.2241 - BLOCO DE GESTÃO DO SUAS - IGD-SUAS NATUREZA DA DESPESA: 277 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS 1.500.0000000

UNIDADE: 12.001 - Secretária de Assistência Social e Trabalho CLASSIFICAÇÃO: 08.244.2064.2335 - PROCADSUAS NATUREZA DA DESPESA: 285 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS 1.660.0000000

UNIDADE: 12.001 - Secretária de Assistência Social e Trabalho CLASSIFICAÇÃO: 08.245.2064.2345 MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULO - SCFV NATUREZA DA DESPESA: 287 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS 1.500.0000000

UNIDADE: 12.001 - Secretária de Assistência Social e Trabalho CLASSIFICAÇÃO: 08.122.2064.2240 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NATUREZA DA DESPESA: 275 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS 1.500.0000000

UNIDADE: 08.001 - SECRETÁRIA DE SAÚDE CLASSIFICAÇÃO: 10.122.2058.1279 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E A MATERIAIS PERMANENTES - SECRETARIA DE SAÚDE NATUREZA DA DESPESA: Desp. 127 - 4.4.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS 1.500.1002000

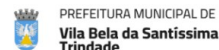
UNIDADE: 08.001 - SECRETÁRIA DE SAÚDE CLASSIFICAÇÃO: 10.302.2058.1282 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES - CENTRO DE REABILITAÇÃO NATUREZA DA DESPESA: Desp. 131 - 4.4.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS 1.500.1002000

1.601.0000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal Bloco de Estrutur VALOR

1.621.0000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual



ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA
TRINDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
FAZENDA
DEPARTAMENTO DE PROCESSAMENTO LICITATÓRIO



UNIDADE: 08.001 - SECRETÁRIA DE SAÚDE CLASSIFICAÇÃO: 10.301.2058.1286 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES - POSTOS DE SAÚDE ZONA RURAL NATUREZA DA DESPESA: 134 - 4.4.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS 1.500.1002000

1.601.0000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estrutur

1.621.0000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual

UNIDADE: 08.001 - SECRETÁRIA DE SAÚDE CLASSIFICAÇÃO: 10.304.2058.1294 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES - VIGILÂNCIA EM SAÚDE NATUREZA DA DESPESA: 139 - 4.4.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS 1.500.1002000

1.601.0000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estrutur

1.621.0000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual

UNIDADE: 08.001 - SECRETÁRIA DE SAÚDE CLASSIFICAÇÃO: 10.301.2058.1295 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES FUNDO DE SAÚDE NATUREZA DA DESPESA: 140 - 4.4.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS 1.500.1002000

1.601.0000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estrutur

1.621.0000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual

UNIDADE: 05.001 - Secretária de Educação CLASSIFICAÇÃO: 12.365.2019.1256 - AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, UTENSÍLIOS E DEMAIS EQUIPAMENTOS - EDUCAÇÃO INFANTIL NATUREZA DA DESPESA: 46 - 4.4.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS 1.500.1001000

UNIDADE: 05.001 - Secretária de Educação CLASSIFICAÇÃO: 12.361.2019.1263 - AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, UTENSÍLIOS E DEMAIS EQUIPAMENTOS-ENSINO FUNDAMENTAL NATUREZA DA DESPESA: 54 - 4.4.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS 1.500.1001000

UNIDADE: 16.001 - Secretaria Mun. de Des. e Ges. do Dist. de Santa Clara CLASSIFICAÇÃO: 04.122.2019.1355 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES - DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DO DISTRITO DE SANTA CL NATUREZA DA DESPESA: 325 - 4.4.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS 1.500.0000000

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

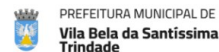
12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas, exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 8 de Maio de 2026

Miguel Junior dos Santos Melo
Secretário Municipal de Saúde
083/2025



ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA
TRINDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
FAZENDA
DEPARTAMENTO DE PROCESSAMENTO LICITATÓRIO



Adrian El Kadri de Moraes
Secretário Municipal de Promoção da Igualdade Racial
349/2024

Czarina Farias de Brito
Secretária Municipal de Cultura
417/2025

Douglas Unger
Secretário Municipal de Turismo
134/2025

Geisiele Rafaela da Silva
Secretária
531/2023

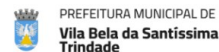
Jacob André Bringsken
PREFEITO MUNICIPAL
001

Katiuce Marques Alves
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
611/2025

Adelson Luiz Ramos de Oliveira
SECRETARIO MUNICIPAL
020/2023



ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA
TRINDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
FAZENDA
DEPARTAMENTO DE PROCESSAMENTO LICITATÓRIO



Valdecir Schwaab
Secretario de Infraestrutura e Serviços Públicos
013/25

Edclay Lopes Coelho
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA
PORTARIA Nº 402/2025

Moacir Rodrigues Paraba
SECRETARIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DO DISTRITO DE SANTA CLARA
457/2024

Francisco Roobin Profeta Vieira
Secretário Município de Meio Ambiente
017/2025

Ana Cristina dos Santos Sousa Schaedler
Secretária de Planejamento
610/2025

Antônio Aparecido Medeiros
Secretário Municipal de Assistência Social

ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO

A (razão social da empresa), CNPJ nº, localizada à, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Pregão Eletrônico n.º ____/2025, declara, sob as penas da lei, que:

- i. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
- ii. inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- iii. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.
- iv. não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/ MT, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau. (art. 14, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);
- v. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, em especial no art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 1991. (art. 63, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Local e data.

(assinatura e identificação do responsável pela empresa)



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
ADMINISTRAÇÃO 2025/2028

ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA

Proposta de Preços – REGISTRO DE PREÇOS

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO N. 004/2026. **Tipo:** MENOR PREÇO POR ITEM

Consumidor: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – MT.

Licitante: _____ **C.N.P.J:** _____ **Tel** **Fax:**
(____)_____ **E-mail:** _____ **Tel** **Celular:** (____)_____ **Endereço:**

Conta Corrente: _____ **Agência:** _____ **Banco:** _____

TOTAL (DO ITEM) R\$.

(em moeda e por extenso)

Proposta válida por: 60 (sessenta) dias

ANEXO IV
MINUTA ATA DE REGISTO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO N. 004/2026

A Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.214.160/0001-21, com sede administrativa na Rua Dr. Mario Correa, bairro: Centro, nº 452, CEP: 78245-000, nesta cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, representada pelo AGENTE DE CONTRAÇÃO o Sr(a) _____, _____, portador da Cédula de Identidade RG nº. _____ e CPF nº. _____, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, considerando o julgamento do **PREGÃO ELETRÔNICO N. 004/2026**, Processo Licitatório nº. ____/____, para registro de preços, resolve registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133/2021, em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para _____, especificados nos (item, lote/grupo) _____ do Termo de Referência, anexo do edital de **PREGÃO ELETRÔNICO** nº/____, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas nas propostas, considerando o estabelecido em edital, são:

Prestador do serviço (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)				
(item, lote/grupo)	Descrição/ Especificação	Unidade de Medida	Quantida de	Valor Unitário

3. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública que não participaram do procedimento licitatório, poderão fazer uso da Ata de Registro de Preços, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade.

3.2 O total das adesões não poderá exceder o dobro do quantitativo de cada item registrado na ata do órgão gerenciador.

- 3.3** As contratações adicionais não poderão exceder, por órgão e entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens previstos no instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o município de Vila Bela da Santíssima Trindade.
- 3.4** Cabe ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações assumidas com o município de Vila Bela da Santíssima Trindade.
- 3.5** Compete ao órgão que aderiu à Ata de Registro de Preços a prática dos atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas, observada a ampla defesa e o contraditório, em relação às suas próprias contratações, informando a ocorrência ao município de Vila Bela da Santíssima Trindade.
- 3.6** Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.
Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

4. DO PRAZO DE VALIDADE

- 4.1** O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.
- 4.2** A Ata de Registro de Preços terá sua vigência por 1 (um) ano tendo validade e eficácia legal após a publicação no sítio eletrônico do Município de Vila Bela da Ss. Trindade/MT, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada sua vantajosidade, com fulcro no Art. 84 da Lei nº. 14.133/2021.
- 4.3** Durante a vigência da Ata de Registro de Preço, poderá ser celebrado e advir contrato administrativo, no qual reger-se-á pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados nos artigos 105, 106 e 107 da Lei nº. 14.133/2021.

5. REVISÃO E CANCELAMENTO

- 5.1** A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a **180** dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.
- 5.2** Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto aos fornecedores.

- 5.3** Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 5.4** O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 5.5** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 5.6** Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- a)** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação por ele ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;
 - b)** Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 5.7** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 5.8** O registro do fornecedor será cancelado nos casos estabelecidos no edital e quando:
- a)** Descumprir as condições da ata de registro de preços;
 - b)** Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
 - c)** Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
 - d)** Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
- 5.9** O cancelamento de registros será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 5.10** O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- a)** Por razão de interesse público;
 - b)** A pedido do fornecedor.

6. CONDIÇÕES GERAIS

- 6.1** As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, penalidades e as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste e pagamento, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
- 6.2** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/2021, nos termos do art. 23 do Decreto nº 11.462/2023.
- 6.3** No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, não será admitida a aquisição dos itens isolados.

7. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

7.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Vila Bela da Santíssima Trindade para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

7.2 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Vila Bela da Santíssima Trindade-MT, _____

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s)
fornecedor(es) registrado(s)

CONTRATO Nº _____/_____

COMPRAS E SERVIÇOS COMUNS – LEI 14.233/2021



PROCESSO DE ORIGEM

DISPENSA/INEXIGIBILIDADE Nº _____/_____

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: _____/_____



OBJETO CONTRATUAL

AQUISIÇÃO DE ELETRÔNICOS, ELETRODOMÉSTICOS E MOBILIÁRIOS



VALOR CONTRATUAL

R\$ (.....)



VIGÊNCIAS CONTRATUAL

INICIAL: _____/_____/_____

FINAL: _____/_____/_____



DADOS DO CONTRATANTE

RAZÃO SOCIAL CONTRATANTE, CNPJ nº 03.214.160/0001-21

Logradouro Rua Dr. Mário Corrêa, Número 452 , Bairro centro , Cidade Vila bela da Santíssima Trindade, Estado - MT

Nome Responsável Contratante **JACOB ANDRÉ BRINGSKEN.**, CPF nº 205.977.201-00



DADOS DO CONTRATADO

RAZÃO SOCIAL CONTRATADO, CNPJ nº / - -

Logradouro....., Número....., Bairro....., Cidade....., Estado.....

Nome Responsavel Contratado....., CPF nº - -



FISCAL DO CONTRATO

Nome Fiscal Contrato.....

PREÂMBULO

Aos ____ de _____ de ____, a Razão Social Contratante.... – UF., através da Unidade Admsintrativa Contratante, inscrita no CNPJ nº / - -, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 na presença de testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente **TERMO DE CONTRATO**, decorrente do Processo de Contratação em epígrafe, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA VINCULAÇÃO (art. 92, I e II)

1.1 – O presente instrumento tem por objeto..... de acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO (art. 92, V)

2.1 – O valor do presente Contrato é de R\$ (.....), em conformidade com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DO CONTRATO						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1						
2						
3						
Valor Total					R\$	

2.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

2.3 – São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.3.1 – O Termo de Referência que embasou a contratação, em especial as cláusulas específicas quanto a forma de execução do objeto;

2.3.2 – Edital de Licitação e/ou Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;

2.3.3 – A Proposta do Contratado;

2.3.4 – Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1 – O prazo de vigência da contratação terá início na data de ____/____/____ e encerramento em ____/____/____, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, e, em caso de serviços e fornecimentos contínuos, poderão ser prorrogáveis por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.1 – O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

4.1.2 – A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

3.2 – O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.3 – Em caso de prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.4 – O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

4.1 – O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1 – O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE (art. 92, V)

6.1 – Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado constante do processo administrativo que deu origem ao presente termo de contrato.

6.2 – Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do Índice Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3 – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.4 – No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5 – Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

10.6 – Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7 – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8 – O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

7.1 – Quando o presente instrumento tratar de informações pessoais, as partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

7.2 – Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

7.3 – É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

7.4 – A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo **CONTRATADO**.

7.5 – Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

7.6 – É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

7.7 – O **CONTRATADO** deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

7.8 – O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o **CONTRATADO** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

7.9 – O **CONTRATADO** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

7.10 – Bancos de dados eventualmente formados a partir de deste instrumento contratual, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado,

com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

7.10.1 – Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

7.11 – O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

7.12 – Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

8.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Dotação orçamentária de cada secretaria participante:

UNIDADE: 03.001 Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

CLASSIFICAÇÃO: 04.122.2003.2006 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

NATUREZA DA DESPESA: 20 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS 1.500.0000000

UNIDADE: 04.001 Secretaria Municipal de Planejamento

CLASSIFICAÇÃO: 04.121.2019.1254 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES - PLANEJAMENTO

NATUREZA DA DESPESA: 33 - 4.4.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS 1.500.0000000

UNIDADE: 06.001 - SECRETARIA DE CULTURA

CLASSIFICAÇÃO: 13.392.2035.2180 - MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA DE CULTURA DESP. 88-3.3.90.00.00.00.00.00 –

APLICAÇÕES DIRETAS 1.500.0000000

UNIDADE: 07.001 - SECRETARIA DE FOMENTO À AGROPECUÁRIA

CLASSIFICAÇÃO: 20.605.2015.2185 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE FOMENTO À AGROPECUÁRIA

NATUREZA DA DESPESA: 111 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS 1.500.0000000

UNIDADE: 09.001 - Secretaria Mun.de Infraestrutura e Serv.Públicos

CLASSIFICAÇÃO: 04.122.2044.1301 - AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, UTENSÍLIOS, FERRAMENTAS E DEMAIS - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

NATUREZA DA DESPESA: 167 - 4.4.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS 1.500.0000000

UNIDADE: 09.001 - Secretaria Mun.de Infraestrutura e Serv.Públicos

CLASSIFICAÇÃO: 04.122.2044.2218 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERV. PÚBLICOS

NATUREZA DA DESPESA: 180 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS 1.500.0000000

UNIDADE: 10.001 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente

CLASSIFICAÇÃO: 18.541.2019.1320 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES - MEIO AMBIENTE

NATUREZA DA DESPESA: 201 - 4.4.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS 1.500.0000000

UNIDADE: 11.001 - Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
CLASSIFICAÇÃO: 27.812.2068.2238 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
NATUREZA DA DESPESA: 244 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS 1.500.0000000

UNIDADE: 15.001 - Secretaria de Promoção da Igualdade Racial
CLASSIFICAÇÃO: 14.422.2076.2262 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL
NATUREZA DA DESPESA: 320 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS 1.500.0000000

UNIDADE: 02.001 - Gabinete do Prefeito
CLASSIFICAÇÃO: 04.122.2019.1009 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES - GABINETE DO PREFEITO
NATUREZA DA DESPESA: 6 - 4.4.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS 1.500.0000000

UNIDADE: 13.001 - Secretaria Municipal de Turismo
CLASSIFICAÇÃO: 23.695.2019.1344 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES – TURISMO
NATUREZA DA DESPESA: 297 - 4.4.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS 1.500.0000000

UNIDADE: 12.001 - Secretária de Assistência Social e Trabalho
CLASSIFICAÇÃO: 08.245.2003.2355 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
NATUREZA DA DESPESA: 254 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS 1.500.0000000

UNIDADE: 12.001 - Secretária de Assistência Social e Trabalho
CLASSIFICAÇÃO: 08.244.2064.2241 - BLOCO DE GESTÃO DO SUAS - IGD-SUAS
NATUREZA DA DESPESA: 277 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS 1.500.0000000

UNIDADE: 12.001 - Secretária de Assistência Social e Trabalho
CLASSIFICAÇÃO: 08.244.2064.2335 – PROCADSUAS
NATUREZA DA DESPESA: 285 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS 1.660.0000000

UNIDADE: 12.001 - Secretária de Assistência Social e Trabalho
CLASSIFICAÇÃO: 08.245.2064.2345 MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULO – SCFV
NATUREZA DA DESPESA: 287 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS 1.500.0000000

UNIDADE: 12.001 - Secretária de Assistência Social e Trabalho
CLASSIFICAÇÃO: 08.122.2064.2240 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
NATUREZA DA DESPESA: 275 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS 1.500.0000000

UNIDADE: 08.001 - SECRETÁRIA DE SAÚDE
CLASSIFICAÇÃO: 10.122.2058.1279 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E A MATERIAIS PERMANENTES - SECRETARIA DE SAÚDE
NATUREZA DA DESPESA: Desp. 127 - 4.4.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS 1.500.1002000

UNIDADE: 08.001 - SECRETÁRIA DE SAÚDE
CLASSIFICAÇÃO: 10.302.2058.1282 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES - CENTRO DE REABILITAÇÃO
NATUREZA DA DESPESA: Desp. 131 - 4.4.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS 1.500.1002000
1.601.0000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal Bloco de Estrutur
1.621.0000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual

UNIDADE: 08.001 - SECRETÁRIA DE SAÚDE
CLASSIFICAÇÃO: 10.301.2058.1286 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES - POSTOS DE SAÚDE ZONA RURAL
NATUREZA DA DESPESA: 134 - 4.4.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS 1.500.1002000

1.601.0000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estrutur
1.621.0000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual

UNIDADE: 08.001 - SECRETÁRIA DE SAÚDE

CLASSIFICAÇÃO: 10.304.2058.1294 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES - VIGILÂNCIA EM SAÚDE

NATUREZA DA DESPESA: 139 - 4.4.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS 1.500.1002000

1.601.0000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estrutur

1.621.0000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual

UNIDADE: 08.001 - SECRETÁRIA DE SAÚDE

CLASSIFICAÇÃO: 10.301.2058.1295 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES FUNDO DE SAÚDE

NATUREZA DA DESPESA: 140 - 4.4.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS 1.500.1002000

1.601.0000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estrutur

1.621.0000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual

UNIDADE: 05.001 - Secretária de Educação

CLASSIFICAÇÃO: 12.365.2019.1256 - AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, UTENSÍLIOS E DEMAIS EQUIPAMENTOS - EDUCAÇÃO INFANTIL

NATUREZA DA DESPESA: 46 - 4.4.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS 1.500.1001000

UNIDADE: 05.001 - Secretária de Educação

CLASSIFICAÇÃO: 12.361.2019.1263 - AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, UTENSÍLIOS E DEMAIS EQUIPAMENTOS-ENSINO FUNDAMENTAL

NATUREZA DA DESPESA: 54 - 4.4.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS 1.500.1001000

UNIDADE: 16.001 - Secretaria Mun. de Des. e Ges. do Dist. de Santa Clara

CLASSIFICAÇÃO: 04.122.2019.1355 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES - DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DO DISTRITO DE SANTA CL

NATUREZA DA DESPESA: 325 - 4.4.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS 1.500.0000000

8.2 – A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

9.1 – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.2 – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

9.3 – Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

9.4 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

9.5 – Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

9.6 – Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

9.7 – Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria desta administração para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

9.8 – Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.8.1 – A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.9 – Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

9.10 – Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do §4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.11 – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

10.1 – O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e Termo de Referência, parte integrante a este Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

10.2 – Em casos de fornecimento de equipamentos, entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

10.3 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

10.4 – Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10.5 – Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

10.6 – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

10.7 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

10.8 – A empresa **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos relacionados na Ordem de Fornecimento/Serviço.

10.9 – Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**;

10.10 – Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.11 – Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.12 – Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

10.13 – Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

10.14 – Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

10.15 – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.16 – Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do

objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.17 – Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.

10.18 – Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

10.19 – Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

10.20 – Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local da execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.21 – Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.22 – Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1 – Para os contratos por escopo, assim considerados os contratos nos quais se impõe ao **CONTRATADO** o dever de realizar a execução de objeto específico em um período predeterminado, a extinção contratual se dará nos seguintes termos:

11.1.1 – Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.1.2 – Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato:

11.1.2.1 – Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**;

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.2 – Em se tratando de objeto de natureza contínua a extinção se dará quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2.1 – O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.2.2 – A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.2.3 – Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.3 – O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1 – Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3.2 – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.2.1 – Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4 – O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1 – Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2 – Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3 – Indenizações e multas.

11.5 – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6 – O contrato poderá ser extinto caso se constate que o **CONTRATADO** mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1 – Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 – Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

b) **Multa** de:

- i) **Moratória** de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- ii) **Moratória** de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando exigida no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

iii) **Compensatória**, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.

iv) **Compensatória**, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “a”, “b”, “c” e “d” do subitem 12.1, de 1% a 30% do valor do Contrato.

12.3 – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4 – Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1 – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando exigida, ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6 – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.5 – Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7 – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8 – A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o **CONTRATADO**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9 – O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

12.10 – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11 – Os débitos do **CONTRATADO** para com a Administração **CONTRATANTE**, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

13.1 – As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 – O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4 – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 – Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO

16.1 – As regras para subcontratação do objeto deste instrumento de contrato constam no Termo de Referência, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 – O presente contrato é regido pela Lei 14.133/21 e demais diplomas legais.

17.2 – Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17.3 – Fica eleito o Foro da Comarca de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Vila Bela da Santíssima Trindade – MT, ____de ____de ____

ASSINATURAS

PELA CONTRATANTE

PELA CONTRATADA

TESTEMUNHAS

MINUTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA



PREFEITURA MUNICIPAL DE
Vila Bela da Santíssima
Trindade

NOME:

NOME: